

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

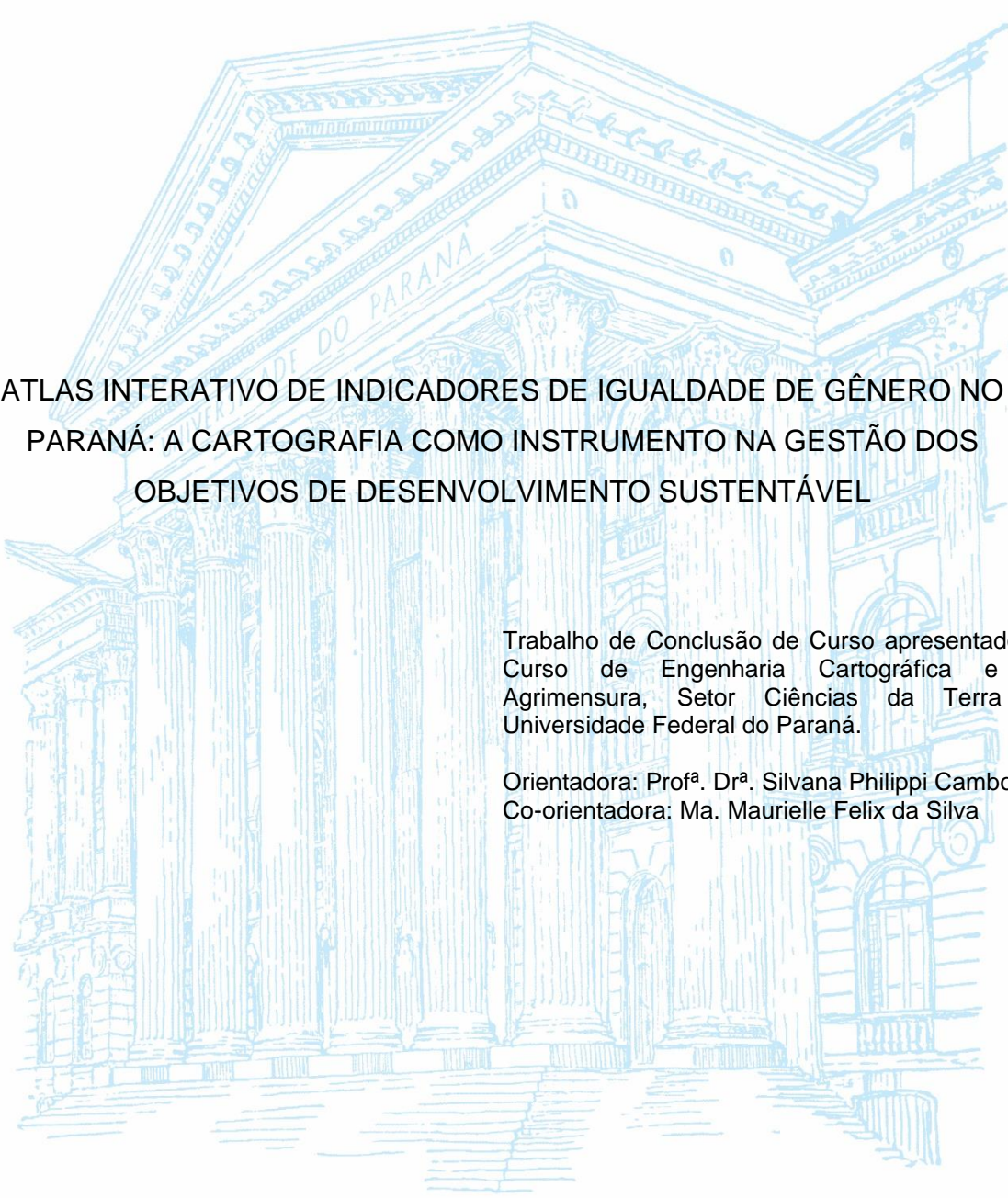
JANINY ZANDA SOARES DA SILVA

ATLAS INTERATIVO DE INDICADORES DE IGUALDADE DE GÊNERO NO  
PARANÁ: A CARTOGRAFIA COMO INSTRUMENTO NA GESTÃO DOS  
OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

CURITIBA

2021

JANINY ZANDA SOARES DA SILVA



ATLAS INTERATIVO DE INDICADORES DE IGUALDADE DE GÊNERO NO  
PARANÁ: A CARTOGRAFIA COMO INSTRUMENTO NA GESTÃO DOS  
OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Curso de Engenharia Cartográfica e de  
Agrimensura, Setor Ciências da Terra da  
Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Silvana Philippi Camboim  
Co-orientadora: Ma. Maurielle Felix da Silva

CURITIBA

2021

## **AGRADECIMENTOS**

A minha mãe, meu exemplo em tudo, que batalhou toda a minha vida para me apoiar em minhas escolhas, cuidando e me amando, sem a senhora nada disso seria possível.

Agradeço a minha vó, Helena Zanda, exemplo de mulher, que fez o possível e impossível para criar os filhos e como se não fosse o suficiente ajudou a criar todos os netos e até bisnetos, sempre foi o pilar da família e ensinou a todos como seguir a vida com dignidade.

Agradeço ao meu padrasto e a toda minha família pelo acompanhamento nessa caminhada.

A minha orientadora, Professora Doutora Silvana Philippi Camboim, pelas direções e correções do projeto e todo o ensinamento e inspiração durante a graduação. A minha co-orientadora Maurielle Félix, pelas sugestões para o desenvolvimento do projeto.

A todos os docentes responsáveis pela minha formação profissional e pessoal.

Aos amigos que fiz na graduação, Amanda Torres, Ingrid Lays, Giuvanna Laurini de Conto, Maria Eduarda Martinez, Cecilia Parolim Ferraz, Matheus Machado, André Buckmann, Luiz Otávio, Thalita Mascarenhas, todo o grupo dos chapadíssimos e todos os colegas da turma de 2016. As pessoas que conheci no estágio, e que hoje chamo de amigos, Peterson Beherend, Lázaro Filipe, Eduardo Chiarini e Luís Antônio.

## RESUMO

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável número cinco da ONU, Igualdade de Gênero, vem de uma longa agenda de defesa de pautas consideradas feministas e que vão ao encontro do feminismo institucionalizado presente na terceira onda do movimento, que teve grande avanço no Brasil em meados da década de 1990. O país reconhece a igualdade entre homens e mulheres na Constituição de 1988 e possui diversas leis que asseguram direitos às mulheres, mas também uma grande desigualdade de gênero em todo o território. Dessa forma a Cartografia surge como ferramenta essencial para representação de indicadores que avaliam a situação das metas do objetivo no Brasil, possibilitando análises geográficas. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas possui uma ferramenta online que representa esses indicadores a nível estadual por meio de uma coleção de mapas. O que falta são ferramentas que apresentem indicadores a nível municipal, o que se tornou objetivo desse projeto. Dessa forma esse trabalho apresenta o desenvolvimento de um Atlas Digital, composto por vinte e nove camadas, distribuídas entre sete das nove metas do objetivo cinco, produzidos com dados de instituições governamentais e de acesso ao público geral, utilizando a ferramenta Qgis2web para transformar os projetos do QGIS em páginas web, que apresente um panorama da desigualdade de gênero nos municípios do Paraná.

Palavras-Chave: Feminismo. ODS. Igualdade de Gênero. Cartografia. Atlas. Qgis2Web. Paraná.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1 - RESUMO DAS PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES - CONTINUA-----	26
FIGURA 1 - SITE DO IBGE PARA VISUALIZAÇÃO ESPACIAL DE INDICADORES DOS ODS -----	29
FIGURA 2 - ABA DE OPÇÕES DOS INFOGRÁFICOS -----	30
FIGURA 3 - INFOGRÁFICO DE POBREZA E DESIGUALDADE DE RENDA -----	31
FIGURA 4 - REPRESENTAÇÃO DA EFICIÊNCIA DAS COTAS -----	32
FIGURA 5 - REPRESENTAÇÃO DA EFICIENCIA DAS COTAS COM CLUSTERS -----	32
FIGURA 6 - TABELA DO ÍNDICE IMDG PARA OS ESTADOS BRASILEIROS-----	33
FIGURA 7 - SITE DO PROJETO LAS CALLES DE LAS MUJERES -----	34
FIGURA 8 - PROGRESSO DO ÍNDICE WBL ENTRE 1970 E 2019 - BANCO MUNDIAL----	36
FIGURA 9 - MAPA DAS DIFERENÇAS LEGAIS DE GÊNERO RELACIONADAS AO EMPREGO E AO EMPREENDEDORISMO -----	36
FIGURA 10 - MAPA DE REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES NOS PARLAMENTOS NACIONAIS -----	37
FIGURA 11 - ÍNDICE DA IGUALDADE DE GÊNERO PARA EDUCAÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA-----	38
FIGURA 12 - ÍNDICE DE IGUALDADE DE GÊNERO NO ENSINO SUPERIOR -----	38
FIGURA 13 - MODELO INTEGRADO DE GESTÃO E FERRAMENTAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO SDG-----	39
FIGURA 14 - FLUOGRAMA DA METODOLOGIA UTILIZADA -----	40
MAPA 1 - ÁREA DE ESTUDO -----	42
FIGURA 15 - DIAGRAMA DE CASO DE USO-----	43
QUADRO 2 - METADADOS DOS DADOS UTILIZADOS PARA CADA CAMADA - CONTINUA -----	45
QUADRO 3 - LINGUAGEM CARTOGRÁFICA - CONTINUA-----	48
FIGURA 16 - PLANEJAMENTO DA INTERFACE -----	50
FIGURA 17 - PÁGINA HTML MODELO -----	51
MAPA 2 - PROPORÇÃO DE MULHERES SEM INSTRUÇÃO -----	53
MAPA 3 - PROPORÇÃO DE MULHERES COM ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO--	53

MAPA 4 - PROPORÇÃO DE MULHERES COM ENSINO MÉDIO COMPLETO-----	54
MAPA 5 - PROPORÇÃO DE MULHERES COM ENSINO SUPERIOR COMPLETO -----	54
MAPA 8 - PROPORÇÃO DE FEMINICÍDIOS EM RELAÇÃO A HOMICÍDIOS DOLOSOS NOS TRÊS PRIMEIROS TRIMESTRE DE 2020-----	55
MAPA 9 - PROPORÇÃO DE MORTES DE MULHERES POR AGRESSÃO-----	56
MAPA 10 - CASAMENTOS PREMATUROS-----	57
MAPA 11 - ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2008-----	58
MAPA 12 - ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2012 Fonte: A autora (2021)-----	59
MAPA 13 - ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2016 Fonte: A autora (2021)-----	59
MAPA 14 - ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020-----	60
MAPA 15 - PROPORÇÃO MÉDIA DE MULHERES EM CARGOS DE CHEFIA -----	61
MAPA 16 - PROPORÇÃO DE CASOS DE AIDS E/OU HIV NOTIFICADOS ENTRE MULHERES-----	62
MAPA 17 - TAXA MÉDIA DE MORTALIDADE MATERNA-----	63
MAPA 18 - PROPORÇÃO DE ESTABELECIMENTOS RURAIS COM PROPRIETÁRIAS MULHERES-----	64
MAPA 19 - REDE DE APOIO À MULHER-----	65

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	8
1.1 OBJETIVOS .....	11
1.1.1 Objetivo Geral .....	11
1.1.2 Objetivos Específicos:.....	11
<b>2 REVISÃO DE LITERATURA</b> .....	12
2.1 MOVIMENTO FEMINISTA .....	12
2.1.2 A Primeira Onda do Feminismo .....	14
2.1.3 Segunda Onda do Feminismo.....	15
2.1.4 Terceira Onda .....	17
2.1.5 Quarta Onda.....	19
2.2 OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NÚMERO CINCO: IGUALDADE DE GÊNERO .....	20
2.2.1 Organização das Nações Unidas – ONU .....	20
2.2.2 Ações da ONU pelo Direito da Mulher .....	21
2.2.3. Agenda 2030 .....	24
2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS DE IGUALDADE DE GÊNERO .....	25
2.4 MAPEAMENTO DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO – EXEMPLOS .....	28
<b>3 MATERIAIS E MÉTODOS</b> .....	40
3.1 MATERIAIS .....	40
3.2 MÉTODOS .....	41
3.2.1 Área de Estudo .....	41
3.2.2 Definição do Usuário e Levantamento das suas Necessidades.....	42
3.2.3 Modelagem do Sistema.....	42
3.2.4 Definição das Camadas .....	44
3.2.5 Escala e Projeção Cartográfica.....	48
3.2.6 Linguagem Cartográfica .....	48

3.2.7 Implementação da Interface Web e Integração dos Mapas .....	50
<b>4 RESULTADOS</b> .....	52
4.1 META 5.1 - ACABAR COM TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA TODAS AS MULHERES E MENINAS EM TODA PARTES.....	52
4.2 META 5.2 - ELIMINAR TODAS AS FORMAS DE VIOLÊNCIA CONTRA TODAS AS MULHERES E MENINAS NAS ESFERAS PÚBLICAS E PRIVADAS, INCLUINDO O TRÁFICO E EXPLORAÇÃO SEXUAL E DE OUTROS TIPOS.....	55
4.3 META 5.3 - ELIMINAR TODAS AS PRÁTICAS NOCIVAS, COMO OS CASAMENTOS PREMATUROS, FORÇADOS E DE CRIANÇAS E MUTILAÇÕES GENITAIS FEMININAS	57
4.4 META 5.5 - GARANTIR A PARTICIPAÇÃO PLENA E EFETIVA DAS MULHERES E A IGUALDADE DE OPORTUNIDADES PARA A LIDERANÇA EM TODOS OS NÍVEIS DE TOMADA DE DECISÃO NA VIDA POLÍTICA, ECONÔMICA E PÚBLICA.....	58
4.5 META 5.6 - ASSEGURAR O ACESSO UNIVERSAL À SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA E OS DIREITOS REPRODUTIVOS, COMO ACORDADO EM CONFORMIDADE COM O PROGRAMA DE AÇÃO DA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO E COM A PLATAFORMA DE AÇÃO DE PEQUIM E OS DOCUMENTOS RESULTANTES DE SUAS CONFERÊNCIAS DE REVISÃO .....	61
4.6 META 5.A - REALIZAR REFORMAS PARA DAR ÀS MULHERES DIREITOS IGUAIS AOS RECURSOS ECONÔMICOS, BEM COMO O ACESSO A PROPRIEDADE E CONTROLE SOBRE A TERRA E OUTRAS FORMAS DE PROPRIEDADE, SERVIÇOS FINANCEIROS, HERANÇA E OS RECURSOS NATURAIS, DE ACORDO COM AS LEIS NACIONAIS.....	64
4.7 META 5.C - ADOPTAR E FORTALECER POLÍTICAS SÓLIDAS E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO E O EMPODERAMENTO DE TODAS AS MULHERES E MENINAS EM TODOS OS NÍVEIS .....	65
4.8 O ATLAS COMO UM TODO.....	66
<b>5 CONCLUSÃO</b> .....	67
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	68

## 1 INTRODUÇÃO

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio Contínua 2019 (PNAD), a população feminina brasileira é de 51,8% em relação a população total, apresentando em algumas situações como Atenção à Saúde Básica e Taxa de frequência ao Ensino Médio, indicadores superiores quando comparadas à população masculina, porém em questões de representação como assentos na câmara dos deputados no ano de 2017 de apenas 10,5% do total de assentos. (IBGE EDUCA, 2021). Esses dados revelam condições históricas impostas pela sociedade que foram modificadas ao longo do tempo através de lutas por direitos iguais, que ficaram conhecidas em meados de 1911 como Feminismo.

O Feminismo, mesmo antes de ser conhecido assim, já lutava pela defesa da igualdade entre homens e mulheres, suas pautas e modos de operação foram modificados ao longo do tempo de acordo com o contexto histórico e para estudos a literatura o divide em fases ou ondas. A partir da 3ª onda o movimento apresenta características de institucionalização, tendo aproximação com o Estado, onde busca a igualdade através de políticas públicas. (PEREZ e RICOLDI, 2019). Neste aspecto a Organização das Nações Unidas, “ONU”, tem papel fundamental desde sua criação em 1945, promovendo Conferências que debatem os direitos da mulher e sempre mantendo o assunto como pauta.

Em 2015 a ONU apresentou a Agenda 2030 um plano de ação com dezessete objetivos e 169 metas com o propósito de erradicar a pobreza e promover vida digna para todos. Os objetivos são integrados e atuam nas três dimensões do desenvolvimento sustentável: economia, sociedade e ambiente. Para a organização, "Alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas representará uma contribuição essencial para o progresso em todos os Objetivos e metas". (ONU, 2015, p.6), assim incluiu a igualdade de gênero na agenda como o objetivo número cinco.

O Brasil reconhece a igualdade entre homens e mulheres na Constituição de 1988 e possui diversas leis específicas que garantem direitos para as mulheres, a lei nº 11.340 de 06 de outubro de 2006, Lei Maria da Penha, é um exemplo do avanço que o país tem na legislação em defesa da mulher, as quais cria instrumentos para

coibir a violência doméstica e familiar em todo o Brasil, mas segundo o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, foram registrado 75.753 denúncias no ano de 2020 (VILELA, 2021). Esses dados mostram que apesar de leis específicas faltam aplicação e fiscalização das políticas públicas, muitas vezes causadas pela falta de conhecimento das desigualdades territoriais e é nesse contexto que surge a Cartografia para auxiliar na compreensão de indicadores sobre as mulheres no Brasil.

Para a Associação Cartográfica Internacional “ICA” a cartografia é a área que envolve a concepção, produção, divulgação e estudo de mapas. (CCA, [s.d]). A ONU reconhece o papel fundamental da Cartografia para a tomada de decisões e conscientização sobre as agendas globais e seus produtos usados como ferramentas na divulgação dos dados censitários e nas análises demográficas e habitacionais (ICA, 2015-2016). Assim a Cartografia possibilita a tomada de decisão para elaboração de políticas através do conhecimento territorial e suas particularidades, sendo o Atlas um dos produtos da área da Cartografia e definido pela ICA como um conjunto de mapas de mesmo tema, para uma região específica ([s.d]). O site governamental ODS Brasil apresenta os quatorze indicadores do objetivo cinco, mas entre eles apenas oito foram construídos e representados espacialmente por mapas em um atlas interativo. (ODS Brasil, 2021). Os mapas existentes no atlas representam os indicadores por estado. No entanto, este nível de detalhe é bastante agregado e não possibilita visualizar as desigualdades regionais dentro do estado, que são importantes na formulação de políticas públicas em conjunto com os municípios.

A definição da linguagem cartográfica deve seguir uma metodologia que atenda a necessidade final do usuário, evitando múltiplas interpretações dos mapas. Dessa forma, a seleção dos dados que irão compor as análises é uma etapa crucial da produção cartográfica. Em um atlas que representa as desigualdades de gênero com o objetivo de auxiliar na tomada de decisão de políticas públicas, os dados devem representar o mais próximo possível a realidade, assim dados oficiais e com atualização temporal são os mais adequados para o objetivo final

Assim o objetivo deste trabalho é criar um atlas interativo que possibilite a visualização espacial dos indicadores que representem as metas do objetivo “Igualdade de Gênero” para os municípios do Estado do Paraná, possibilitando

análises territoriais que auxiliem na criação e monitoramento de políticas para que seja alcançado o Objetivo de Igualdade de Gênero.

## 1.1 OBJETIVOS

### 1.1.1 Objetivo Geral

Criar uma plataforma para visualização de dados espaciais relacionados aos indicadores do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável Organização das Nações Unidas, Igualdade de Gênero para o estado do Paraná.

### 1.1.2 Objetivos Específicos:

1. Estudar bibliografia sobre feminismo, atuação da ONU e das políticas públicas brasileiras de igualdade de gênero;
2. Realizar o Projeto do Atlas, incluindo definição de usuário e suas necessidades, modelagem do sistema, definição dos mapas e escalas.
3. Definir a Linguagem Cartográfica dos Mapas, produzir e gerar a visualização.
4. Desenvolver a interface de acesso ao Atlas.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

### 2.1 MOVIMENTO FEMINISTA

A desigualdade entre mulheres e homens imposta pela sociedade existe desde os primórdios da humanidade e por isso se fez necessário a luta pelos direitos iguais através do movimento feminista. O termo feminismo surgiu nos Estados Unidos em meados de 1911, mas teve seu início de lutas no século XIX sendo chamado como movimento das mulheres. Garcia define o movimento como:

a tomada de consciência das mulheres como coletivo humano, da opressão, dominação e exploração de que foram e são objeto por parte do coletivo de homens no seio do patriarcado sob suas diferentes fases históricas, que as move em busca da liberdade de seu sexo e de todas as transformações da sociedade que sejam necessárias para este fim. (2011, p.13)

A teoria feminista possui quatro conceitos básicos que são utilizados como instrumentos para análises das sociedades, percepção de padrões de exclusão e propostas para soluções de modificação da realidade. O primeiro deles é o Androcentrismo, que tem por definição o homem como representação da humanidade.

O segundo se constitui como a ideia de autoridade e liderança masculina, o Patriarcado, em que se predomina seus interesses sobre as mulheres na sociedade em geral, formando assim as sociedades patriarcais, nas quais variam sua forma de apresentação do patriarcado dependendo da cultura e costumes de cada sociedade.

Em seguida o Sexismo como conjunto dos métodos utilizados pela sociedade patriarcal para manter a subordinação e exploração das mulheres pelos homens.

E, por fim, o conceito de gênero, como construção social de todos os aspectos aos quais o indivíduo é exigido a possuir, baseados no sexo biológico. Ao falar de sexo feminino e masculino se fala das diferenças físicas entre os corpos, enquanto ao falar de gênero, fala-se das normas e condutas definidas pela sociedade para homens e mulheres.

Numa perspectiva histórica o feminismo pode ser dividido em grandes blocos, o feminismo pré-moderno, a primeira onda, segunda onda e a terceira onda e o

feminismo contemporâneo, que alguns autores como Silva (2019) denominam como quarta onda.

### 2.1.1 Pré-Feminismo

A fase pré-feminismo iniciou-se a partir do Renascimento, que trouxe a autonomia para o ser humano, mas não se estendia sobre as mulheres, porém devido a importância dada para a educação abriu debates sobre os deveres de cada sexo, esse debate ficou conhecido por *Querelle de femmes*, as participantes eram parentes de humanistas que foram educadas por eles e que descobriram que o ideal humanista não era o que proibia a entrada de mulheres na sociedade, situação que acabou despertando uma consciência moderna e feminista nelas.

No século XVII na Inglaterra com a força da reforma protestante foram criados grupos radicais, como os *Quakers* que aceitavam mulheres como pregadoras e meio por quais o Espírito Santo poderia se expressar, dessa forma algumas mulheres alegavam que este poderia induzi-las ao celibato ou tirá-las do poder de governança de suas consciências pelos maridos.

Na França em XVII, começaram a surgir os salões, espaços públicos onde surgiam novas normas e valores sociais e que eram organizados por mulheres, onde eram praticadas ideias contra o matrimônio. Essas ideias foram adotadas pelas “Preciosas”, mulheres da aristocracia, e alta burguesia, solteiras e independentes economicamente, que reivindicavam acesso ao conhecimento e a autonomia. O Preciosismo teve influência até aproximadamente 1680, porém perdeu força com o interesse das mulheres pela ciência. Os salões tiraram da discussão privada a polemica feminista entre teólogos e moralista para a opinião pública.

Ainda no século XVII, em Veneza, começaram discussões em relação ao papel social das mulheres nas transformações econômicas, sociais e políticas. O centro do debate era o fundamento de inferioridade da mulher em relação ao homem, contra isso autoras escreveram sobre a superioridade e excelência delas, indagando as causas históricas para tal afirmação.

### 2.1.2 A Primeira Onda do Feminismo

A Primeira Onda do Feminismo coincidiu com a Revolução Francesa, na qual a mulher teve forte protagonismo em dois âmbitos, na luta popular e no intelectual. O âmbito intelectual foi representado pelas burguesas nas sessões da Assembleia Constituinte, mas na convocação dos Estados Gerais elas foram excluídas, assim iniciaram a escrita dos cadernos de queixas, onde expressaram seu direito ao voto, educação e trabalho, direitos matrimoniais, em que solicitavam a extinção dos maus-tratos e abusos dentro do casamento e o fim da prostituição. Os cadernos foram ignorados na Assembleia Nacional que proclamou a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, mas ainda obtiveram as leis de divórcio, fim do direito de maioria e a possibilidade de testemunhar em processos civis.

Em 1790 foi escrito por Mary Woolstonecraft a Reivindicação dos Direitos das Mulheres, que possui as bases do feminismo moderno, a autora defendia a educação como caminho para as mulheres alcançarem a igualdade com os homens e conquistar a dependência econômica. Foi Mary que iniciou dois conceitos fundamentais do feminismo atual, a ideia de gênero e a ideia de ação afirmativa, questionando o motivo pelo qual não se criava mecanismos para compensar a suposta inferioridade natural feminina.

Em 1791 se opondo a Declaração dos Direitos dos Homens e do Cidadão, Olympe de Gouges escreveu a Declaração do Direitos das Mulheres e das Cidadãs, e dedicou a Rainha Maria Antonieta, onde afirmava que os revolucionários mentiam por citar princípios universais como Liberdade e Igualdade, mas negavam direitos políticos a elas. A Constituição em 1791 tinha distinção de duas categorias de cidadãos: ativos, homens maiores de 25 anos e com propriedades e os passivos, homens sem propriedade e todas as mulheres.

Em 1793 os Jacobinos fecharam os clubes de mulheres e em 1794 as feministas eram proibidas de participar de qualquer tipo de atividade política. O novo Código Civil Napoleônico exigiu a obediência da mulher ao marido e concedia o divórcio apenas em casos em que a concubina fosse levada ao domicílio do casal, determinou a menoridade perpetua da mulher e fixou crimes específicos como,

adultério e aborto. Assim as mulheres entraram no século seguinte sem direitos civis e presas a seus relacionamentos patrimoniais.

A Primeira onda nos Estados Unidos e Reino Unido compreendeu o período entre o início do século XIX e metade do século XX, e tinha como ideal o liberalismo, seguia os questionamentos levantados durante a revolução Francesa, dessa forma eram reivindicados direitos civis, como o direito de voto e de ser votada, e a validação para administrar seus próprios bens. As mulheres que se organizaram em busca desses direitos ficaram conhecidas como as Sufragistas e eram em sua maioria mulheres brancas, enquanto as mulheres negras ainda lutavam para serem reconhecidas como seres humanos (SILVA, 2019).

No Brasil Colônia, as mulheres não possuíam direitos próprios, o direito à Educação foi concedido somente no Brasil Império, em 1827, porém com a possibilidade de estudar apenas até o segundo grau.

A primeira onda foi representada por Bertha Maria Júlia Lutz, que em 1919 junto com outras mulheres criou a Liga para emancipação da Mulher, em 1922 foi eleita vice-presidente da Sociedade Pan Americana, representando o Brasil na Assembleia Geral da Liga das Mulheres Eleitoras que ocorreu nos Estados Unidos. Ao voltar da Assembleia criou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, substituindo a Liga criada em 1922 e iniciou a luta pela obtenção do direito ao voto que só foi concedido em 1932 por decreto-lei do Presidente Getúlio Vargas.

Bertha teve atuação parlamentar a partir de 1936 e propôs mudanças referentes ao “trabalho da mulher e do menor, visando além da igualdade salarial, a licença de três meses para a gestante e a redução da jornada de trabalho” (SENADO FEDERAL, 2015). No ano de 1975 integrou, a convite do governo brasileiro, a delegação no primeiro Congresso Internacional da Mulher, realizado no México.

### 2.1.3 Segunda Onda do Feminismo

A segunda onda do feminismo teve seu início marcado pela publicação do livro “O Segundo Sexo” de Simone de Beauvoir, no ano de 1949 sem nomear como gênero, ela indagou sobre a questão.

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam de feminino. (BEAUVOIR, 2009, p. 267).

Em um contexto de pós primeira guerra em que as mulheres que haviam saído para o mercado de trabalho necessitam voltar ao ambiente doméstico e liberar as vagas para os homens que voltavam da guerra, foi publicado em 1963 *A Mística Feminina*, que tratava justamente da angústia delas em serem confinadas novamente aos lares.

Nos anos que seguiram as feministas buscavam compreensão sobre as razões da opressão sofrida e chegaram à conclusão que a prerrogativa de engravidar era o elemento que colocava todas as mulheres em situação de vulnerabilidade comparadas aos homens (SILVA, 2019).

Nas décadas de 1960 e 1970 estavam vigentes duas vertentes do feminismo, o de linha liberal que buscava a ampliação de direitos e condições de trabalho iguais e o feminismo radical, “marcado por uma luta política voltada para o conhecimento, valorização e libertação do corpo feminino” (SILVA, 2008, p.4)

A invenção da pílula anticoncepcional em 1962 foi um grande marco para as questões de gênero, transformando discussões da esfera particular, como liberdade sexual da mulher e seus direitos reprodutivos, em discussões do âmbito público.

Com intuito de denunciar a exploração do corpo foi realizado em 1968 um dos protestos mais famosos do movimento, no concurso Miss América, em que foram dispostos no chão, com objetivos de serem queimados, sutiãs e objetos que simbolizavam a beleza feminina, como produtos de maquiagem, espartilhos, saltos e cinta ligas, a queima não foi autorizada, porém o protesto ficou conhecido como Queima de Sutiãs. A preocupação com a exploração do corpo gerou críticas à pornografia, e aprofundou discussões sobre a prostituição e a utilização da violência sexual e estupro como ferramenta de demonstração do poder masculino.

O destaque para a segunda onda do feminismo no Brasil ocorre nas décadas de 1960 e 1970, quando o país sofria com um golpe de Estado, vários movimentos que já existiam foram proibidos e passaram a atuar na clandestinidade, entre eles os movimentos feministas, os quais a grande maioria surgiu nos grupos de esquerda.

Apesar disso, existiam mulheres que não estavam ligadas a grupos políticos, e foi dessas mulheres que o movimento feminista se aproximou, inserindo novos propósitos, como a luta contra a falta de água, escola, esgoto e carestia, tornando-se um movimento ligado às classes populares.

“Um evento importante para o feminismo de segunda onda do Brasil foi a instituição em 1975 como o Ano Internacional da Mulher, que promoveu uma explosão de questões femininas na imprensa, através do lançamento de jornais como Brasil Mulher (1975 - 1979) e Nós Mulheres (1976 - 1978)” (FÉLIX, 2018, p. 46). Além dos jornais as pautas feministas eram discutidas em reuniões somente de mulheres, prática trazida por mulheres que haviam sido exiladas. Inicialmente realizadas através de convites, entre mulheres que se já se conheciam, posteriormente com a dispersão de vários grupos pelo país. Aproveitando-se da proclamação do Ano Internacional da Mulher.

Durante o cerceamento, existiram movimentos como o MFPA (Movimento Feminino pela Anistia) e o Movimento do Custo de Vida e o Centro da Mulher Brasileira (CMB). Apesar do MFPA não ser considerado um movimento feminista, ele foi a porta de entrada de muitas mulheres para o movimento. O CMB, teve três tendências de feminismo, o liberal, radical e o marxista, a partir de 1977 prevaleceu o marxista, cujas preocupações consistiam em entender o porquê da permanência de relações de opressão entre homens e mulheres, mesmo em contextos econômicos e políticos diferenciados (ARAÚJO, 2000) e durou até 1979.

No ano de 1979 foi realizado o I Encontro Nacional de Mulheres, para debater questões como violência, sexualidade e aborto, porém a questão do aborto gerou divergências e o tema foi retirado da discussão.

#### 2.1.4 Terceira Onda

A terceira onda do feminismo não possui uma linha do tempo definida, mas considera-se seu início a partir da década de noventa até os dias atuais, ela critica o movimento das ondas anteriores, por entender-se que possuía somente pautas de interesse de mulheres brancas e burguesas, invalidando as diferenças entre elas, ao uni-las todas no grupo mulher.

Deste modo, há enfoque na subjetividade da mulher, reconhecendo as interseções entre marcadores de opressão, e discutindo-se como essas combinações específicas se refletem no próprio ser-mulher. Assim, entende-se a questão de gênero não mais como algo a ser isoladamente considerado, mas fundamentalmente ligado a questões como etnia, sexualidade, classe e afins, sob a perspectiva de que as desigualdades sociais são, na verdade, fruto de uma complexidade, oriunda do emaranhamento de relações. (CAETANO, 2017, p.7).

Dessa forma busca-se reconhecer a diversidade das identidades femininas, considerando os tipos de opressões sociais sob as diferentes condições além do gênero, assim as prioridades de pautas são diferentes de acordo com os lugares que ocupam.

Nesse contexto que entra em evidência o feminismo negro, pois entende-se que as mulheres negras são discriminadas como mulheres e como negras. A partir da expressão interseccionalidade, elaborada em 1980 por Kimberlé Crenshaw, feminista negra estadunidense, estuda-se as desigualdades sociais a partir da intersecção entre gênero e raça.

O movimento feminista no Brasil cresceu no início de 1990, com caráter popular, através de articulações de mulheres pobres em associações de moradores de bairros, operárias nos sindicatos, trabalhadoras rurais, organizações de mulheres negras, que passaram a se identificar com as pautas feministas. Esse caráter popular possibilitou a diminuição de barreiras de resistências ideológicas com o movimento.

Em janeiro de 1994 foi realizada no Rio de Janeiro a primeira reunião preparatória para a Quarta Conferência Mundial Sobre a Mulher (Setembro de 1995, Beijing - China) com a participação de 100 mulheres representantes de fóruns estaduais e municipais de mulheres, articulações locais e grupos de 18 estados brasileiros, o principal objetivo do encontro era aproveitar para chamar a atenção da sociedade civil para a importância das convenções internacionais sobre os direitos da mulher, avaliar as mudanças na década, das condições femininas, e as próximas ações de mobilização do movimento. A preparação para a Conferência de Beijing estimulou o nascimento de fóruns em novos locais ou em locais em que estavam desativados, novos grupos em entidades de classes e novas articulações locais. Além de garantir que o governo apresentasse um documento oficial de representação na Conferência e aprofundou a relação com o feminismo latino-americano.

Após essa primeira proliferação de movimentos populares com heranças ainda da segunda onda, tanto no Brasil como na América do Sul o feminismo de terceira onda foi considerado institucionalizado devido a relação do Estado com o movimento, através de financiamentos ou das políticas públicas propostas, sendo participantes do movimento pessoas capacitadas e empregadas nas Organizações ou no Estado. (PEREZ e RICOLDI, 2019)

#### 2.1.5 Quarta Onda

A maior parte dos estudos de periodização do movimento feminista, propõe a Quarta Onda a partir do Sul Global, (MATOS, 2010), (OLIVEIRA, 2015).

Segundo Perez e Ricoldi, as características da quarta onda são “a centralidade da internet, a interseccionalidade e a atuação por meio de coletivos”, todas ligadas à expansão da internet. (2019, p.3)

Teve no Brasil no ano de 2013 mobilizações que marcaram características de uma nova geração política, através da hashtag #vempruaras, que promoveu narrativas políticas, sem a presença de uma bandeira ou ideologia específica, tendo assim influenciado vários movimentos, entre eles o ciberfeminismo, dessa forma marcando o início da quarta onda.

O ciberfeminismo demonstra que as feministas não necessitam ocupar os mesmos locais físicos para realizar as suas reivindicações, que podem ser levantadas através de hashtags ou ser utilizado para organizar manifestações presenciais em todos os locais ao mesmo tempo.

Além disso, a utilização da internet permitiu a democratização das informações, divulgando as ideias de várias mulheres e possibilitando a interseccionalidade das narrativas.

Outra característica é a forma de organização através dos coletivos, que buscam o distanciamento do Estado, possuindo pautas mutáveis, discutidas a partir da conjuntura política do momento.

são apontadas como pautas frequentes a cultura do estupro, a gordofobia, o racismo, as representações machistas na publicidade, a misoginia online, a violência doméstica contra as mulheres, a violência contra as mulheres nos transportes públicos, a

discriminação com intuito de inferiorizar as mulheres no ambiente do trabalho, nas universidades. (SILVA, 2019, p.37)

## 2.2 OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NÚMERO CINCO: IGUALDADE DE GÊNERO

As ondas do feminismo foram marcadas de acordo com os contextos históricos, como a Segunda Onda pós Primeira Guerra Mundial, em que estava em evidência a discussão sobre os direitos humanos, enquanto a terceira é marcada pela institucionalização do movimento, com aproximação do Estado. É nesse cenário de aproximação que entra em evidência as ações da Organização das Nações Unidas para promover a Igualdade de Gênero.

Embora o movimento das mulheres remonte a épocas anteriores à própria fundação das Nações Unidas, é com a organização que ele ganha força e visibilidade. Seja como fórum de debates, seja como fonte de dados e informações sobre a situação da mulher, a ONU desempenhou – e desempenha – papel significativo na luta pelo empowerment das mulheres. (GUARNIERI, 2010, p.3)

### 2.2.1 Organização das Nações Unidas – ONU

A ONU teve como precursora a Liga das Nações concebida durante a primeira Guerra Mundial e criada pelo tratado de Versalhes em 1919 para “promover a cooperação internacional e alcançar a paz e a segurança”, encerrando suas atividades por não conseguir evitar a Segunda Guerra Mundial. Entre agosto e outubro de 1944, representantes de cinquenta países com base nas propostas dos representantes da China, Reino Unido, União Soviética e Estados Unidos redigiram a Carta das Nações Unidas na Conferência das Nações Unidas sobre a Organização Internacional em São Francisco. Em 26 de Junho de 1945 os cinquenta representantes assinaram a carta e mais tarde a Polônia que não estava presente na Conferência em que foi redigida, tornando-se um dos 51 Estados-Membros originais. Em 24 de Outubro de 1945 a ONU foi oficializada após ratificação da Carta pela maioria dos signatários. (UNITED NATIONS, 2020)

### 2.2.2 Ações da ONU pelo Direito da Mulher

As ações da ONU em relação aos direitos da mulher iniciaram já na Carta das Nações Unidas que oficializou sua existência, em seu preâmbulo ressalta a igualdade de direitos entre homens e mulheres e em seu artigo 1º estabelece como um dos objetivos principais respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais de todos repulstando distinções de raça, sexo, língua ou religião.

Em 1946 foi estabelecido a Comissão sobre o Status das Mulheres (CSW), que tinha a função de preparar recomendações e relatórios sobre a promoção dos direitos das mulheres nos campos econômico, político, educacional e civil. Com recomendações da CSW, a Declaração Universal dos Direitos Humanos reforçou que os direitos humanos devem ser igualmente usufruídos por homens e mulheres. Os trabalhos da CSW foram essenciais para a elaboração da Convenção dos Direitos Políticos das Mulheres, reconhecendo a cidadania política, através do voto, direito de concorrer às eleições e ocupar cargos ou funções públicas, adotada em 1952 pela Assembleia Geral. Em 1957 a CSW direcionou-se para os direitos de nacionalidade de mulheres casadas, na Convenção sobre a Nacionalidade das Mulheres Casadas, tendo por objetivo proteger o direito da mulher de manter sua nacionalidade após o casamento. Além desses enfoques a Comissão sobre o Status das Mulheres orientou ainda na década de 1950 para que fossem abolidos costumes que violassem a integridade física das mulheres, quando em 1954 a Assembleia Geral aprovou a resolução que recomendava os Estados-membros a iniciarem medidas para suprimir tais práticas.

Em 1967 adotou-se a Declaração sobre a eliminação da Discriminação contra as Mulheres, representando avanços no movimento internacional de afirmação dos direitos das mulheres, possuindo um caráter recomendatório. Em 1979 a ausência de obrigatoriedade da Declaração foi ultrapassada com a Convenção sobre a eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres.

Com o apoio da Assembleia Geral e do Conselho Econômico e Social (ECOSOC) e recomendação da CSW, o ano de 1975 foi escolhido como o Ano Internacional da Mulher, desenvolvendo uma agenda que englobava igualdade, desenvolvimento e paz mundial. Para marcar o ano foi organizada a Conferência

Mundial sobre as Mulheres na cidade do México, que fortaleceu a relação da ONU com a sociedade civil, mobilizando mulheres de várias partes do mundo. Como resultado da Conferência foi elaborado o Plano de Ação para a Implementação dos Objetivos do Ano Internacional das Mulheres, onde havia propostas de ações internacionais e nacionais para o acesso das mulheres à participação política, emprego, educação, melhorias nos serviços de saúde, planejamento familiar, nutrição, saneamento básico e moradia. Além do plano, a Conferência resultou na Declaração do México sobre a Igualdade das Mulheres e sua contribuição para o Desenvolvimento e a Paz e Planos Regionais para a África e a Ásia.

Alguns meses após a I Conferência a Assembleia Geral da ONU proclamou o período de 1976 a 1985 como a Década das Nações Unidas para as Mulheres, período em que foi realizada a Convenção sobre a eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, em 1979, que tinha como premissa que as mulheres são livres assim como os homens para fazerem suas escolhas. A Conferência reafirmou a importância do acesso igualitário de homens e mulheres ao mercado de trabalho, à vida política e à educação. A assinatura oficial da Convenção aconteceu em 17 de julho de 1980, durante a II Conferência Mundial das Mulheres em Copenhague, o Brasil assinou em 1981 com ressalvas referentes ao direito da família que foram retiradas em 1994.

A II Conferência realizada em Copenhague, tinha como objetivo avaliar os progressos alcançados com a implementação dos objetivos da primeira Conferência, além de atualizar o Plano de Ação com priorização de três áreas, emprego, saúde e educação. O Programa de Ação da Segunda Conferência solicitava medidas mais enérgicas para assegurar os direitos das mulheres em relação à propriedade, direitos de herança e custódia dos filhos.

Em 1985 em Nairobi foi realizada a III Conferência Mundial sobre as Mulheres, onde foram revistos os compromissos e realizações da década, chegando à conclusão que os objetivos estabelecidos não haviam sido alcançados. Assim foi elaborado um novo conjunto de guias para os próximos quinze anos, que visavam a promoção da igualdade e oportunidade em níveis nacionais, regionais e internacionais.

Em 1991 foi realizado em Miami o I Congresso Mundial de Mulheres por um Planeta Sustentável, onde foi elaborada uma plataforma de ação, a Agenda 21 de

Ação das Mulheres, que seria apresentada em 1992 na Rio-92, Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, onde pela primeira vez mulheres foram chamadas para opinar sobre problemas que não eram diretamente e exclusivas sobre causas feministas.

Em 1993 os direitos das mulheres ganharam relevância na Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, realizada em Viena, na Áustria, onde foram “reconhecidos como direitos humanos, universais, interdependentes, inalienáveis e indivisíveis” (GUARNIERI, 2010).

Em 1994 os temas população e desenvolvimento foram enfocados sob a ótica das mulheres na Conferência Internacional sobre a População e Desenvolvimento realizada no Cairo, o Plano de ação da Conferência teve como base para os programas, a equidade e igualdade de gênero, a autonomia no controle de fertilidade, o empoderamento de mulheres e a eliminação de qualquer tipo de violência contra a mulher.

Na Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social realizada em 1995 em Copenhague, foi declarado o papel das mulheres na luta contra pobreza e o desemprego, além de reconhecerem a capacitação política, social e econômica das mulheres como essencial para o desenvolvimento social.

A IV Conferência Mundial sobre Mulheres ocorreu entre 4 e 15 de setembro de 1995 em Beijing, A Plataforma de Ação e a Declaração de Beijing foram adotadas por 189 países. A Plataforma tem como objetivo a definição de uma agenda para facilitar a participação da mulher na vida pública e privada. Foram reafirmados os direitos reprodutivos e sexuais, o aborto foi reconhecido como caso de saúde pública. Foram recomendadas aos países reformas administrativas e legislativas para assegurar o acesso igualitário aos recursos econômicos e propriedade da terra. Concedeu-se ao Estado, através da repulsa de qualquer tipo de violência contra a mulher, a responsabilidade de coibir a violência no âmbito privado. A Declaração manifestava a vontade dos governos em relação à consolidação dos direitos das mulheres. O Plano e a Declaração tiveram 4 revisões, de cinco, dez, quinze e vinte anos, em 2000, 2005, 2010 e 2015 respectivamente.

### 2.2.3. Agenda 2030

Entre os dias 25 e 27 de setembro de 2015 os chefes de Estados e Governo e Altos Representantes se reuniram na sede das Nações Unidas, em Nova York para deliberar sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável globais e adotaram a Agenda 2030 como um conjunto de objetivos e metas universais para alcançar o desenvolvimento sustentável em três dimensões, econômica, social e ambiental. A Agenda 2030 é o resultado de mais de dois anos de consulta pública e engajamento da sociedade civil, além de incluírem os trabalhos realizados pelo Grupo de Trabalho Aberto sobre Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral e pelo Secretariado das Nações Unidas. A Agenda 2030 conta com 17 objetivos e 169 metas que entraram em vigor em 1ª de janeiro de 2016.

Para a ONU a igualdade de gênero sempre foi ponto focal para o desenvolvimento, no artigo 20 da Agenda, é afirmado que:

Alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas representará uma contribuição essencial para o progresso em todos os Objetivos e metas. Aproveitar o potencial humano pleno e alcançar o desenvolvimento sustentável não é possível se à metade da humanidade continuam a ser negados seus plenos direitos humanos e oportunidades. Mulheres e meninas devem gozar de igualdade de acesso à educação de qualidade, recursos econômicos e participação política, bem como de igualdade de oportunidades com os homens e meninos em termos de emprego, liderança e tomada de decisões em todos os níveis. Trabalharemos para um aumento significativo dos investimentos para superar o hiato de gênero e fortalecer o apoio a instituições em relação à igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres nos âmbitos global, regional e nacional. Todas as formas de discriminação e violência contra as mulheres e meninas serão eliminadas, inclusive por meio do engajamento de homens e meninos. A integração sistemática da perspectiva de gênero na implementação da Agenda é crucial. (ONU, 2015, p. 6)

Transformando esse foco no Objetivo Número Cinco de Desenvolvimento Sustentável e suas Metas:

Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

5.1 acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte

5.2 eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos

5.3 eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas

5.4 reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais

5.5 garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública

5.6 assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão

5.a empreender reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais

5.b aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres

5.c adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas, em todos os níveis. (ONU, 2015, p. 20).

## 2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS DE IGUALDADE DE GÊNERO

Ao longo dos anos 1980, além da participação nos eventos internacionais realizados pelo ONU, começaram a surgir no Brasil políticas públicas voltadas para as mulheres, especialmente nas áreas de saúde e de combate à violência. Em 29 de agosto de 1985 a lei nº 7.353 criou o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), o conselho teve mobilizações junto aos constituintes e obteve como resultado a incorporação de várias demandas dos movimentos das mulheres ao texto da Constituição de 1988. Para Lisboa e Manfrini

a incorporação da dimensão de gênero nas políticas públicas aconselha a implementação de projetos específicos voltados às mulheres que respondam à singularidade da situação das mulheres e à necessidade de implementar medidas de discriminação positiva para neutralizar as desvantagens iniciais que alguns grupos de mulheres compartilham. (2005, p.71).

Dessa forma o Quadro 1 apresenta um resumo das principais leis que implementam medidas de discriminação positiva para as mulheres em âmbito nacional

QUADRO 1 - RESUMO DAS PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES - continua

Tema	Lei ou Art. que se refere os direitos das mulheres	Conteúdo
Geral	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Art. 5º, inciso I	homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição
Terra	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Art. 189, Parágrafo Único.	O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil, nos termos e condições previstos em lei.
Trabalho	Consolidação das Leis do Trabalho, Art. 131, Inciso II (1994)	Não será considerada falta ao serviço, para os efeitos do artigo anterior, a ausência do empregado: durante o licenciamento compulsório da empregada por motivo de maternidade ou aborto, observados os requisitos para percepção do salário-maternidade custeado pela Previdência Social;
Trabalho	Lei nº 9.029/ 1995	Proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho, e dá outras providências.
Participação Política	Lei eleitoral nº 9.504, Art. 10, § 3º (2009)	Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo
Saúde	Lei nº 9.797/ 1999	Dispõe sobre a obrigatoriedade da cirurgia plástica reparadora da mama pela rede de unidades integrantes do Sistema Único de Saúde - SUS nos casos de mutilação decorrentes de tratamento de câncer.
Saúde	Lei nº 10.516/ 2002	Institui a CARTEIRA NACIONAL DE SAÚDE DA MULHER.
Violência	Lei nº 10.714/ 2003	Autoriza o Poder Executivo a disponibilizar, em âmbito nacional, número telefônico destinado a atender denúncias de violência contra a mulher.
Violência	Lei nº 10.778/ 2003	Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados.
Violência	Lei nº 11.340/ 2006: Lei Maria da penha	Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, [...]; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; [...]
Saúde	Lei nº 11.664/ 2008	Dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.
Saúde / Violência	Decreto nº 7.958/ 2013	Estabelece diretrizes para o atendimento às vítimas de violência sexual pelos profissionais de segurança pública e da rede de atendimento do Sistema Único de Saúde.

QUADRO 2 - RESUMO DAS PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES – conclusão

Violência	Lei de 13.104/ 2015: Lei do Femicídio	Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos.
Saúde / Violência	Lei nº 13.239/ 2015	Dispõe sobre a oferta e a realização, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, de cirurgia plástica reparadora de sequelas de lesões causadas por atos de violência contra a mulher.

Fonte: A autora (2021)

Além da legislação apresentada no quadro 1 existem leis que regulamentam direito de presidiárias, idade para aposentadoria, licença maternidade, entre outros temas, que não significam necessariamente o combate a desigualdade de gênero, mas que posicionam a mulher como tema, devido a promoção de condições que tenham benefícios á ela devido a outros fatores, como é o caso da lei apresentada no quadro 1, Lei nº 11.664, voltada para ações que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, mas que trazem benefícios ás mulheres.

Na esfera federal as políticas públicas são orientadas pelo Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), e se expandem para organismos governamentais estaduais e municipais de políticas para as mulheres. As demandas são recebidas e interpretadas por pessoal que ocupa os espaços de decisão, servidores, área de gestão e área técnica, provindas de agendas criada na sociedade civil, por meio da pressão e mobilização social (BRASIL, 2012).

Destaca-se o combate a violência como tema da maior parte das políticas, sendo a lei Maria da Penha reconhecida pela ONU como uma das pioneiras no mundo no combate à violência contra mulher (BBC NEWS, 2011), desde sua criação em 2006 ela vem passando por diversas alterações na tentativa de fortalecer os dispositivos de combate à violência, porém o Brasil enfrenta dificuldade em aplicá-la, devido a insuficiência de delegacias e varas especializadas e até comportamento machista de juízes. (AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS, 2013). Em 2020 foram registradas 75.753 denúncias de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos canais da Central de Atendimento À Mulher, “Ligue 180” e no canal de direitos humanos “Disque 100”.

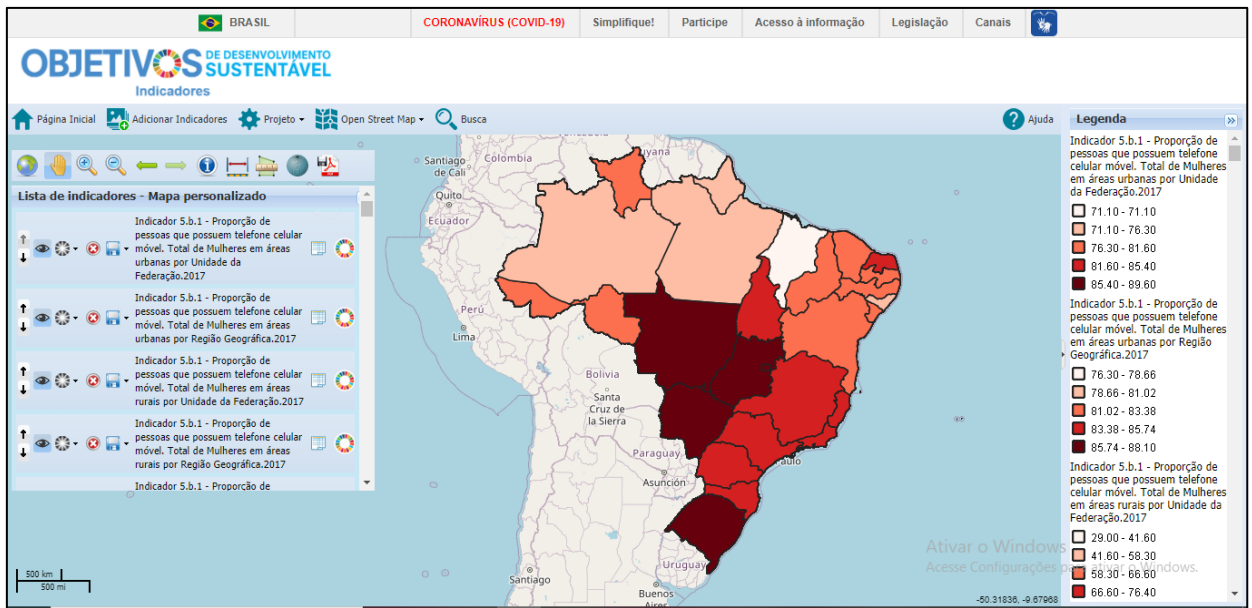
(VILELA, 2021). De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada “IPEA”, 4.519 mulheres foram assassinadas no Brasil no ano de 2018. (2020). Visando promover a articulação entre atores do poder público o Ministério da Justiça e Segurança Pública com mais dez órgãos assinou em 2019 o Pacto pela Implementação de Políticas Públicas de Prevenção e Combate à Violência contra as Mulheres. (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICOS, 2019)

## 2.4 MAPEAMENTO DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO – EXEMPLOS

A Organização das Nações Unidas reconhece a importância da Cartografia para a tomada de decisões e conscientização sobre as agendas globais, em seu Manual de Sistemas e Cartografia Digital publicado em 2000 eles explicam a função do mapa como sendo o de apoio de registros e apresentação dos dados, principalmente dos censos, de forma agregada, tendo os Sistemas de Informações Geográficas papel fundamental na divulgação dos dados censitário e na análise dos dados demográficos e habitacionais. (ICA, 2015-2016)

Nesse contexto, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística apresenta um projeto de análises geográficas dos indicadores de Desenvolvimento Sustentável, através de mapas digitais a nível nacional com dados do Censo Demográfico de 2010, entre eles, os indicadores do objetivo cinco Igualdade de Gênero. (PGIODS, 2021)

FIGURA 1 - SITE DO IBGE PARA VISUALIZAÇÃO ESPACIAL DE INDICADORES DOS ODS



Fonte: PGIODS (2021)

O IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, apresenta na página o Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça através de indicadores provenientes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD, do IBGE. Os dados são do período de 1995 a 2015, e são distribuídos em doze blocos temáticos, a apresentação das estatísticas na página é feita através de infográficos com atualização até 2009, e opção de download dos indicadores no formato de tabelas, mas não apresenta representação cartográfica. (IPEA, 2021).

FIGURA 2 - ABA DE OPÇÕES DOS INFOGRÁFICOS



Fonte: IPEA (2021)

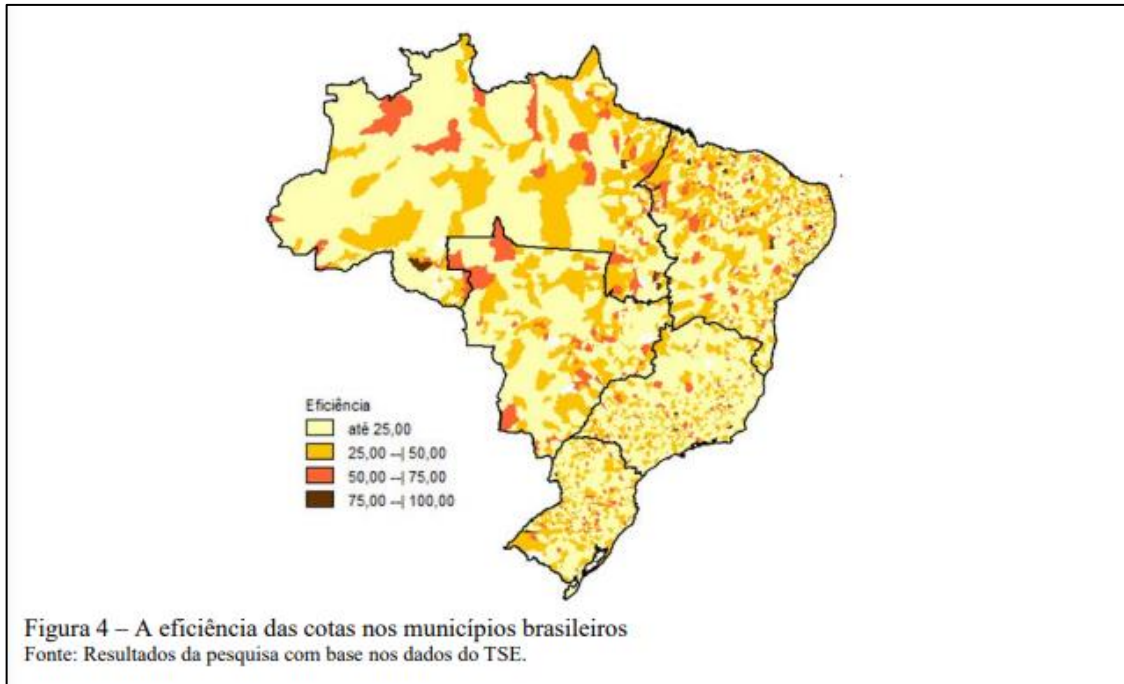
FIGURA 3 - INFOGRÁFICO DE POBREZA E DESIGUALDADE DE RENDA



Fonte: IPEA (2021)

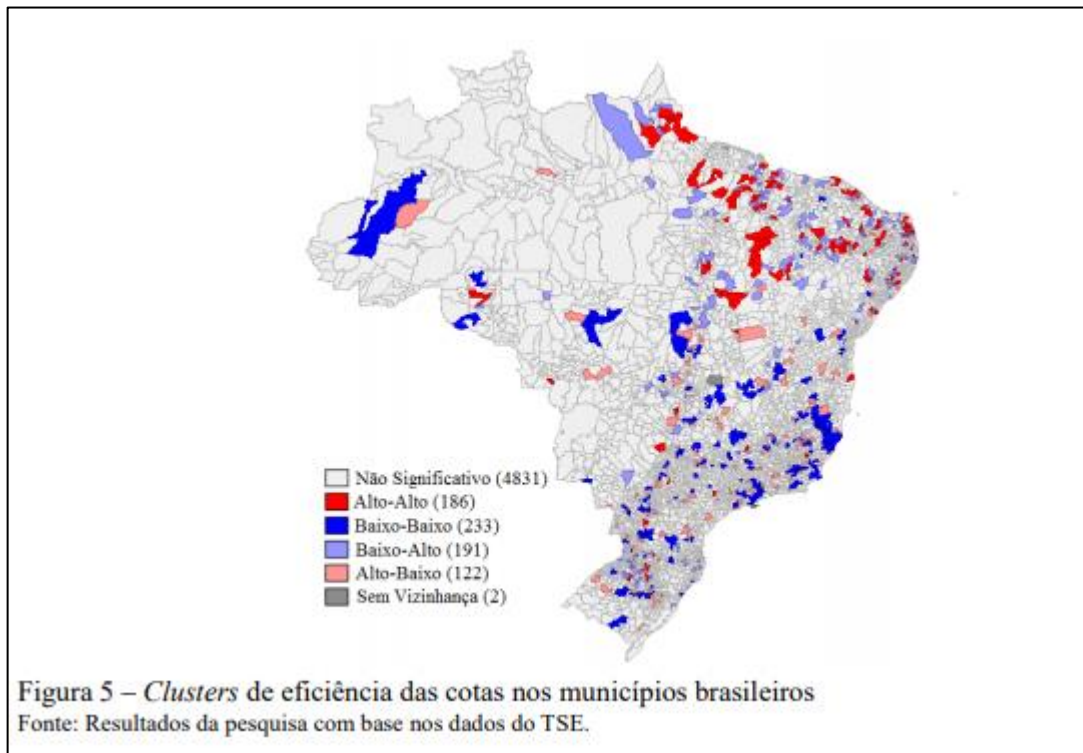
Bohn e Catela (2018) fizeram uma análise da eficiência da cota de gênero nas eleições de 2012 com dados das estatísticas do tribunal Superior Eleitoral. Esse que um indicador da meta 5.5, “Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública” e apresentaram a representação cartográfica obtida a partir da pesquisa:

FIGURA 4 - REPRESENTAÇÃO DA EFICIÊNCIA DAS COTAS



Fonte: Bohn e Catela (2018)

FIGURA 5 - REPRESENTAÇÃO DA EFICIENCIA DAS COTAS COM CLUSTERS



Fonte: Bohn e Catela (2018)

Lima et al. (2015) analisou a desigualdade de gênero no Brasil entre as unidades federativas a partir da construção de um índice sintético nomeado como

índice Multidimensional de Desigualdade de Gênero (IMDG), utilizando dados do Censo Demográfico de 2010, da Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio (PNAD, 2009) e do Tribunal Superior Eleitoral 2010, apresentando os resultados a partir de tabelas, que poderiam ser representadas cartograficamente devido.

FIGURA 6 - TABELA DO ÍNDICE IMDG PARA OS ESTADOS BRASILEIROS

**Tabela 1.** Índice Multidimensional de Desigualdade de Gênero (IMDG) nas unidades federativas do Brasil.

Unidade da Federação	Índice Multidimensional de Desigualdade de Gênero (IMDG)	Classificação
Goiás	0,1556	1
Minas Gerais	0,1300	2
Pernambuco	0,1298	3
Paraná	0,1016	4
Alagoas	0,0976	5
Roraima	0,0893	6
São Paulo	0,0859	7
Espírito Santo	0,0857	8
Mato Grosso	0,0833	9
Bahia	0,0821	10
Maranhão	0,0809	11
Santa Catarina	0,0776	12
Mato Grosso do Sul	0,0771	13
Amazonas	0,0763	14
Rio Grande do Norte	0,0762	15
Rondônia	0,0735	16
Pará	0,0689	17
Paraíba	0,0682	18
Ceará	0,0648	19
Rio Grande do Sul	0,0628	20
Sergipe	0,0625	21
Distrito Federal	0,0608	22
Tocantins	0,0585	23
Acre	0,0565	24
Rio de Janeiro	0,0507	25
Piauí	0,0433	26
Amapá	0,0373	27

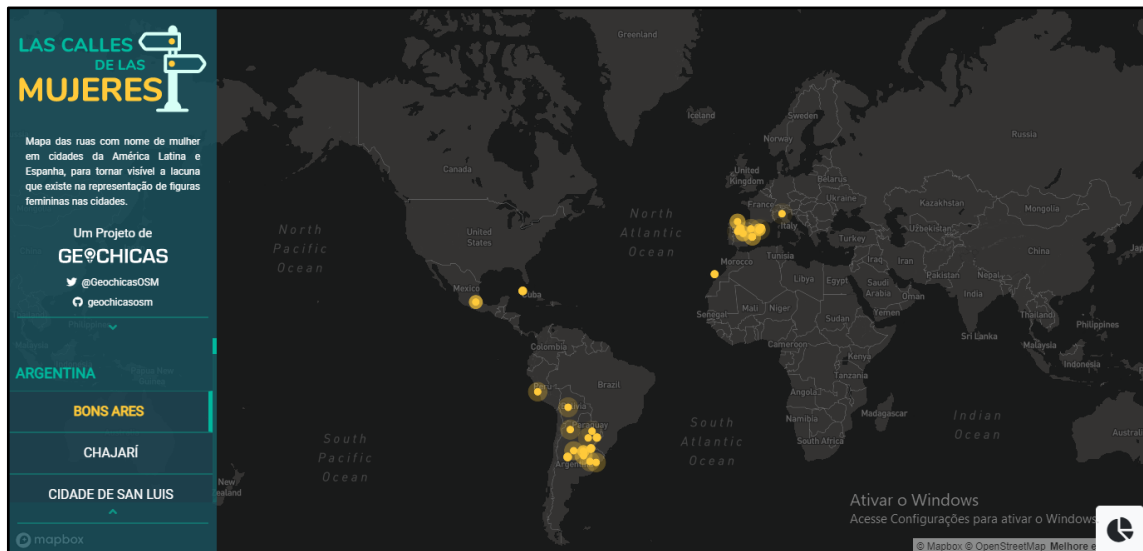
Fonte: Elaborada pelos autores

Fonte: Lima et al. (2015)

O Coletivo de Mapeadoras Feministas, como se apresenta no site, *GeoChicas*, é uma iniciativa para a realização de projetos colaborativos com participação de mulheres da América Latina e países de língua espanhola que tem por objetivo acabar com a lacuna de gênero na comunidade *OpenStreetMap*, pensando no papel da mulher nos espaços de decisão e participação das mulheres nas atividades comunitárias e a representação dos interesses das mulheres na comunidade e nos mapas. (GEOCHICAS, 2021).

Um dos projetos mais significativos do coletivo é o ‘Las Calles de las Mujeres’ que consiste no mapeamento de ruas com nome de mulheres em cidades da América Latina e Espanha e tem como objetivo tornar visível a diferença de representação de figuras femininas nas cidades. (GEOCHICASOSM, 2021), como mostrado na imagem do site do site a seguir.

FIGURA 7 - SITE DO PROJETO LAS CALLES DE LAS MUJERES



Fonte: Geochicasosm (2021)

O *YouthMappers* é uma rede internacional de mapeamento liderada por estudantes universitários, que usam dados geoespaciais e tecnologias públicas para estudar os desafios de desenvolvimento no mundo. O *Everywhere She Maps* é um programa de treinamento direcionado para aumentar a participação feminina dentro do *YouthMappers*, e na participação nos setores que usam tecnologias geoespaciais, sendo apoiado pela iniciativa de Prosperidade e Desenvolvimento Global das Mulheres. A partir de três atividades principais, o mapeamento e utilização dos dados geoespaciais que investem na segurança, meios de subsistência, acesso, prosperidade e participação de mulheres e meninas em inovação e capacidade econômica, o programa de liderança em tecnologia para mulheres e as embaixadoras regionais que atuam na construção de capacidade da comunidade feminina local de mapeamento, o objetivo é de fortalecer a inclusão feminina na comunidade

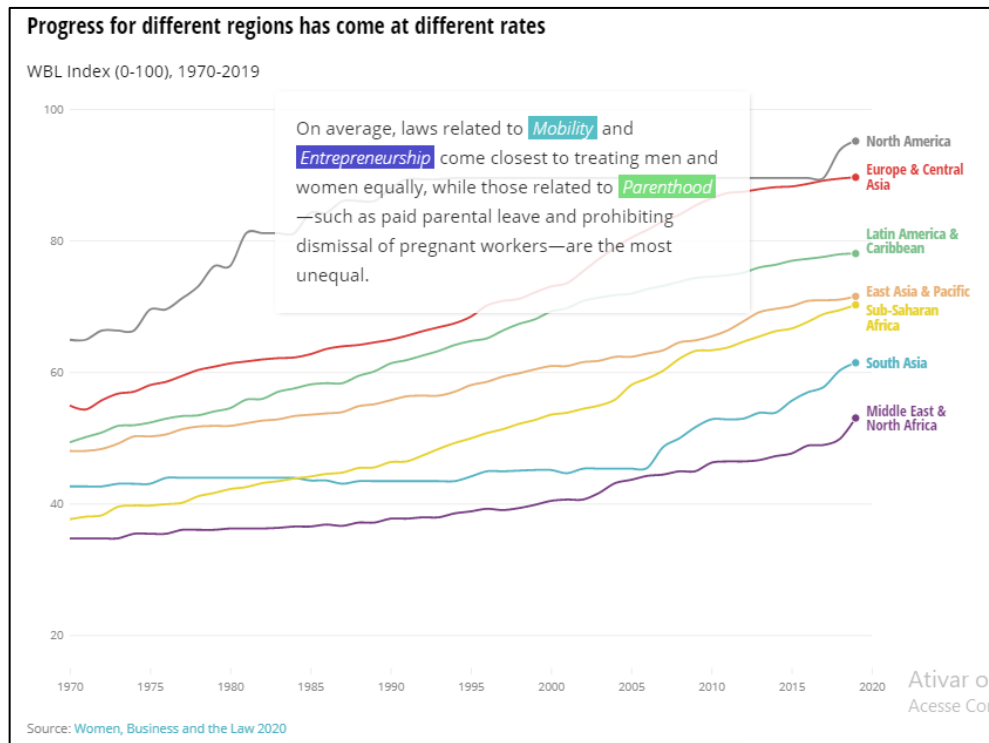
geoespacial garantindo assim que as perspectivas femininas sejam representadas em aplicativos, plataforma e sites de mapeamento. (YOUTHMAPPERS, 2016 - 2021)

O Atlas do IBGE é um modelo a ser seguido para esse projeto, que terá como diferencial o nível dos dados para municípios, possibilitando análises espaciais dentro do estado do Paraná, o exemplo do IPEA é a demonstração da utilização de dados de vários setores da sociedade para fazer um retrato da desigualdade de gênero, sendo este o desejo deste trabalho, já os mapas apresentados por Bohn e Catela permite a visualização da importância dos mapas para monitoramento de políticas públicas já instituídas, enquanto os projetos do coletivo *GeoChicas* e do programa *Everywhere She Maps* demonstram a importância do aspecto de gênero dentro da sociedade e perspectivas de mulheres sobre eles para a demonstração das desigualdades.

A ONU Mulheres apresenta um arquivo intitulado “*Turning Promises Into Action: Gender Equality In The 2030 Agenda For Sustainable Development*”, em que faz um panorama de importância do objetivo cinco com os demais objetivos, além da classificação e existência dos indicadores em cada país (UN Woman, 2018).

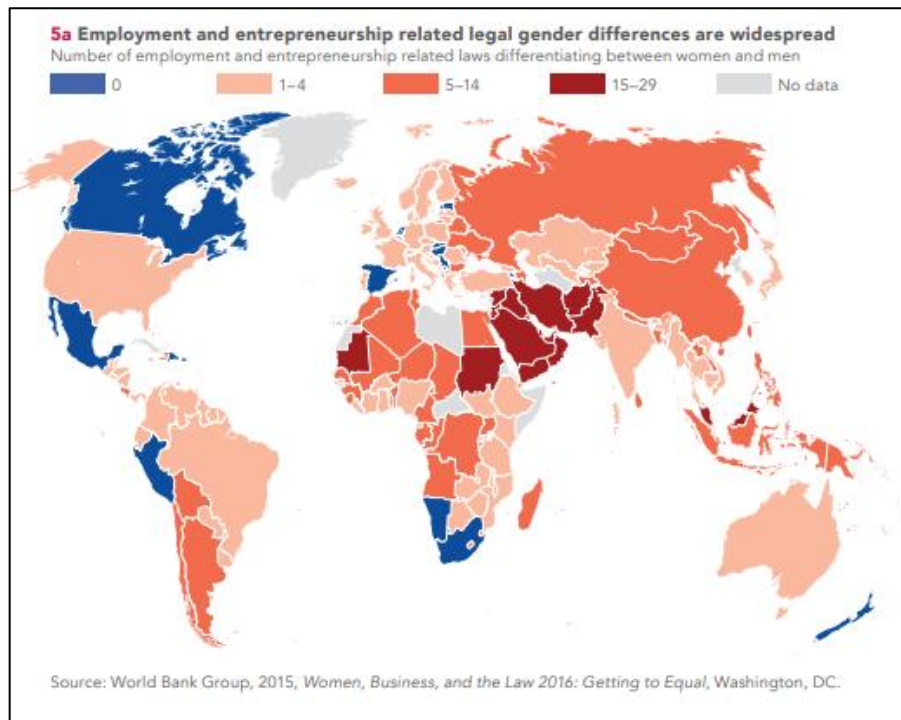
O Banco Mundial apresenta um atlas de metas de desenvolvimento sustentável, e relaciona a igualdade de gênero com as oportunidades econômicas e a inclusão financeira e social através do índice WBL (Mulheres, Empresas e o Direito) a nível continental por meio de gráficos no site Datatopics. (World Bank, 2020). Já no Atlas de Metas de Desenvolvimento Sustentável 2017: Dos Indicadores de Desenvolvimento Mundial em formato pdf apresenta os indicadores em representação cartográfica em nível nacional. (World Bank. 2017).

FIGURA 8 - PROGRESSO DO ÍNDICE WBL ENTRE 1970 E 2019 - BANCO MUNDIAL



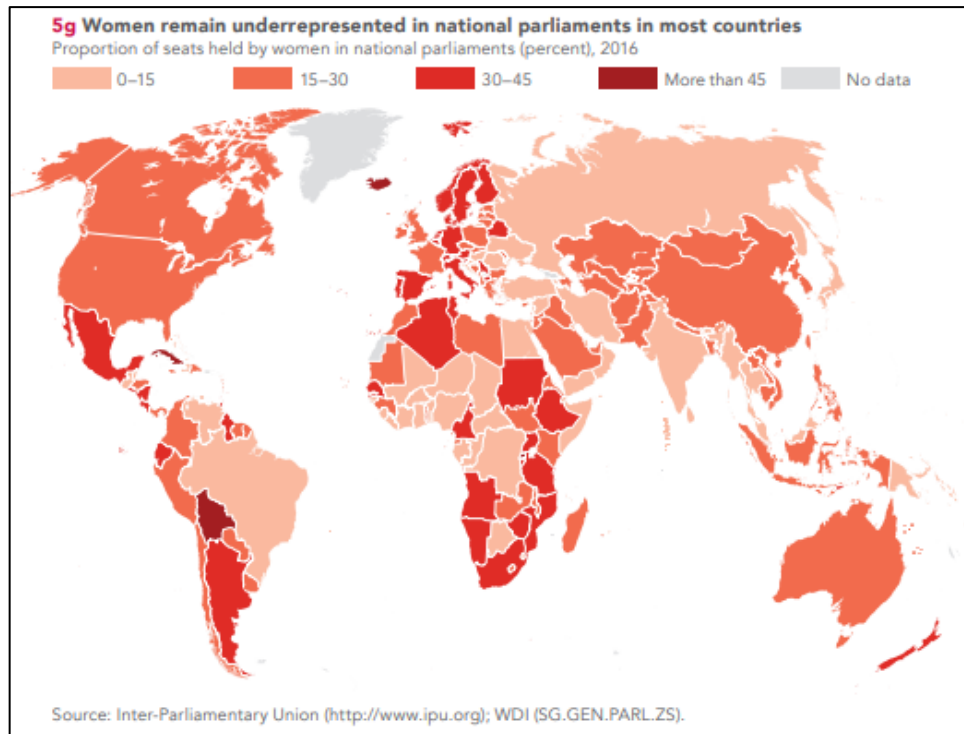
Fonte: World Bank (2020)

FIGURA 9 - MAPA DAS DIFERENÇAS LEGAIS DE GÊNERO RELACIONADAS AO EMPREGO E AO EMPREENDEDORISMO



Fonte: World Bank (2017)

FIGURA 10 - MAPA DE REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES NOS PARLAMENTOS NACIONAIS



Fonte: World Bank (2017)

A UNESCO apresentou em 2012 um atlas da igualdade de gênero na educação com dados estatísticos desagregados produzidos pelo Instituto de Estatísticas da UNESCO para todos os níveis de educação. O mapa tem indicadores criados pelo instituto com objetivo de fornecer informações para as políticas públicas nos níveis nacionais e internacionais e apresenta um panorama sobre o progresso e as lacunas de gênero. (FISKE, 2012)

FIGURA 11 - ÍNDICE DA IGUALDADE DE GÊNERO PARA EDUCAÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA

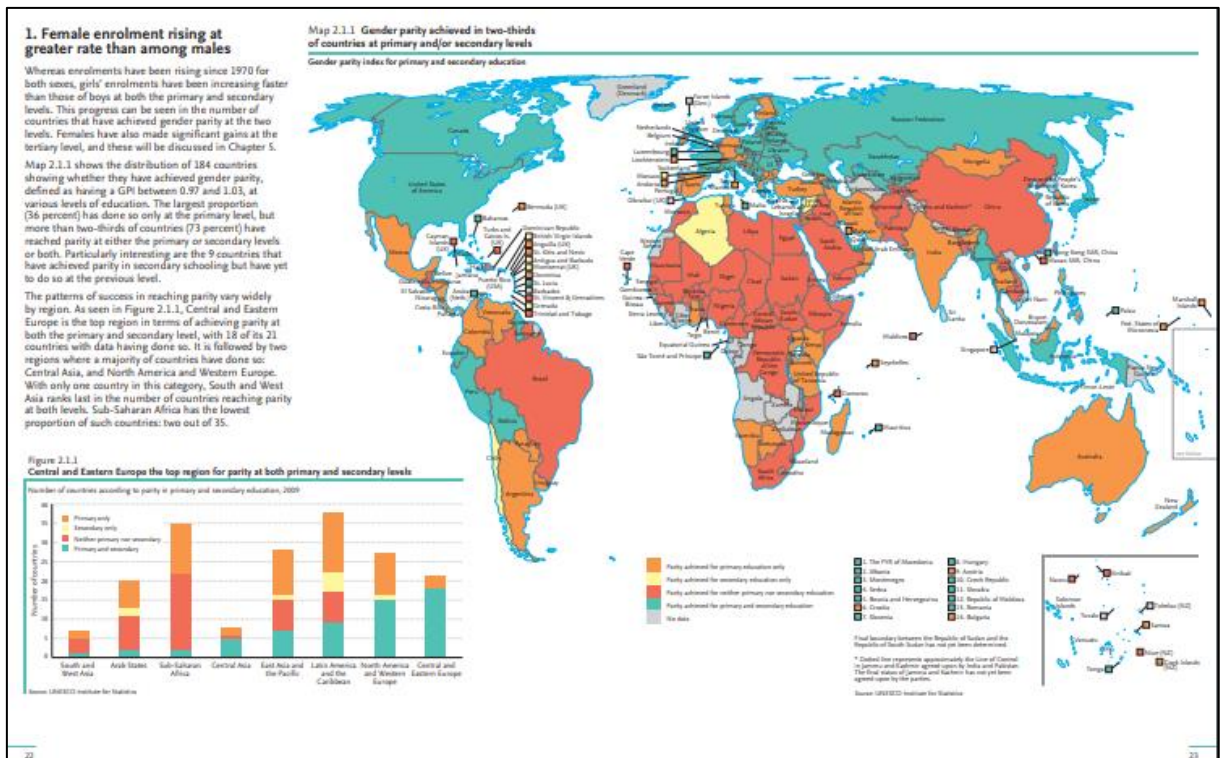
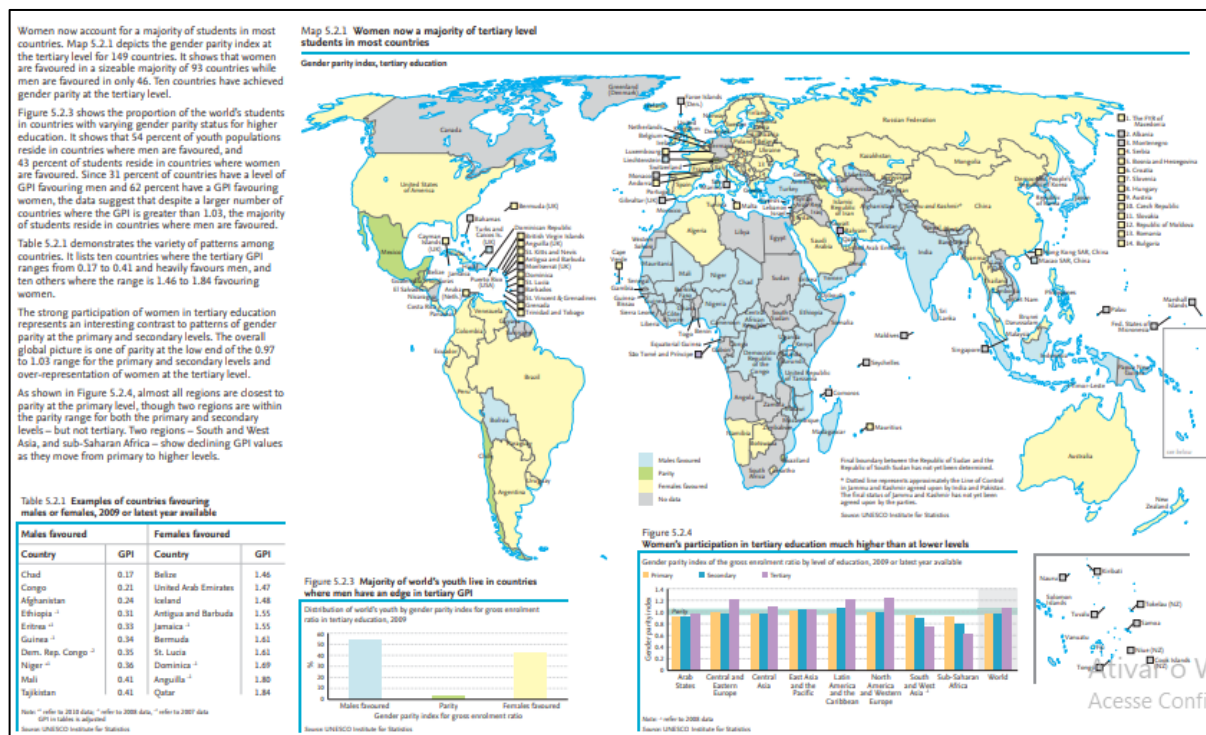
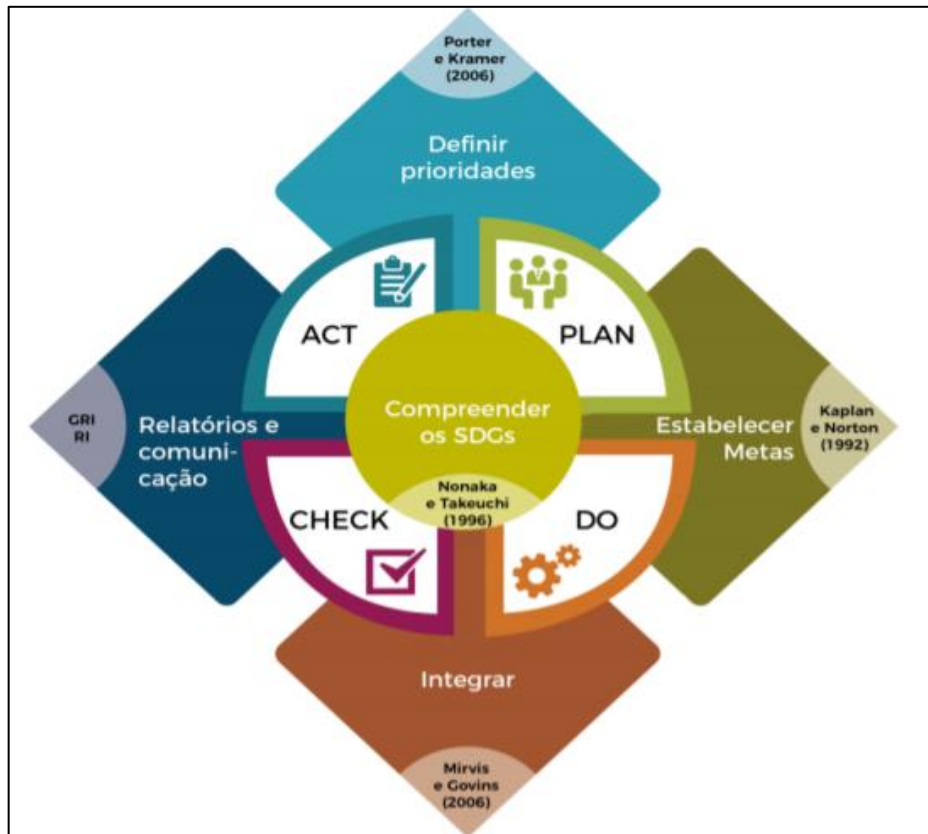


FIGURA 12 - ÍNDICE DE IGUALDADE DE GÊNERO NO ENSINO SUPERIOR



Caldana et. al. realizou um trabalho de contribuição metodológica para a implementação do SDG Compass, um guia com cinco etapas que apresenta oportunidades para impulsionar novos negócios e alinhar as responsabilidades empresariais com ODS. (2018).

FIGURA 13 - MODELO INTEGRADO DE GESTÃO E FERRAMENTAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO SDG



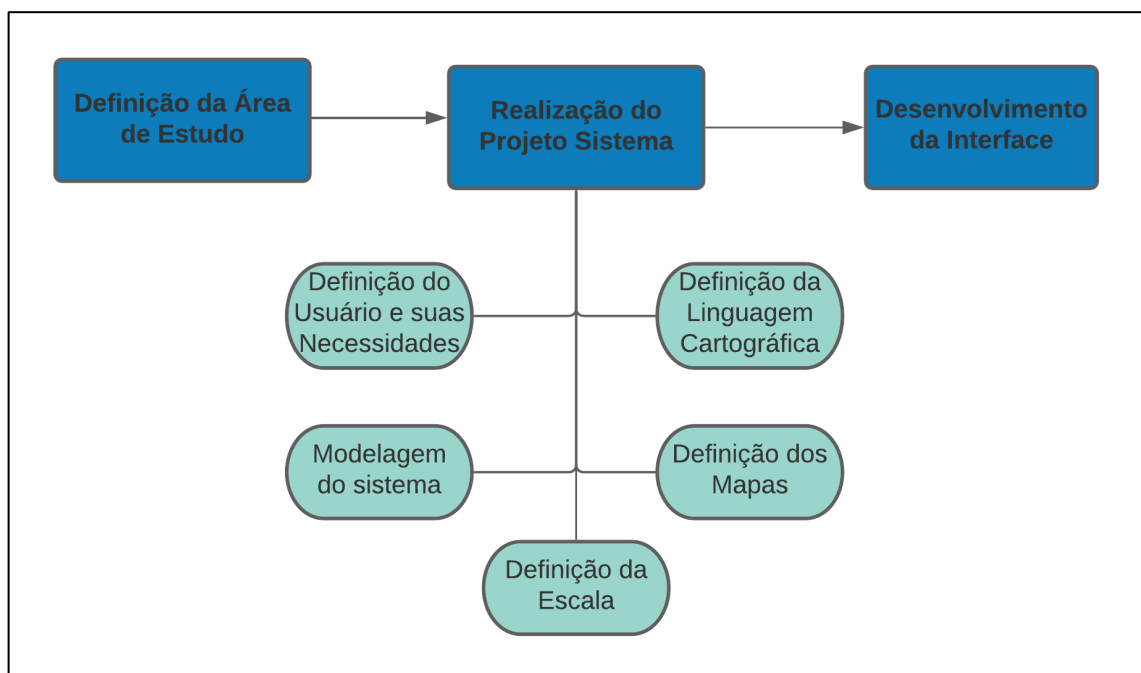
Fonte: Caldana et. al (2018)

O documento da ONU Mulheres auxilia na interpretação geral dos indicadores de igualdade de gênero em relação aos demais objetivos e traça um quadro mundial da utilização desses indicadores para a realidade de cada país. Os demais exemplos apresentados, demonstram a utilização de indicadores em vários setores, representando assim a importância da igualdade de gênero para o desenvolvimento sustentável geral. Todos os exemplos propiciam uma visão que é possível adaptar os indicadores à realidade local, visto que não existe dados para tudo, desde que observada as metas finais e as responsabilidades com Agenda.

### 3 MATERIAIS E MÉTODOS

Para o desenvolvimento deste trabalho foi realizada a definição da área de estudo, o projeto do sistema, que inclui a definição do usuário e suas necessidades, a modelagem do sistema por meio do diagrama de caso de uso, definição dos mapas e escala e a linguagem cartográfica, e finalizou-se com o desenvolvimento da interface web. O fluxograma a seguir apresenta as etapas da metodologia.

FIGURA 14 - FLUOGRAMA DA METODOLOGIA UTILIZADA



Fonte: A autora (2021)

#### 3.1 MATERIAIS

Os materiais utilizados para elaboração do projeto incluem a planilha eletrônica Excel, para edição dos dados que serão detalhados na seção 3.2.4 Definição das Camadas

Além da planilha Excel foi utilizado o QGIS que é um sistema de informação geográfica de código livre e aberto. Foi empregado para a produção dos mapas o plugin *QuickMapService* utilizado para adicionar a base do *OpenStreetMap* e o plugin *Qgis2Web* que gera um mapa web a partir do projeto atual do QGIS, usando as

bibliotecas *OpenLayer*, *Leaflet* ou *Mapbox*. No mapa web ele replica as características do projeto, incluindo as camadas, o estilo de simbologia e extensão (QGIS Python Plugins Repository, 2021), através da criação de arquivos *css* e *javascript* que armazenam essas informações e podem ser lidos pela página HTML.

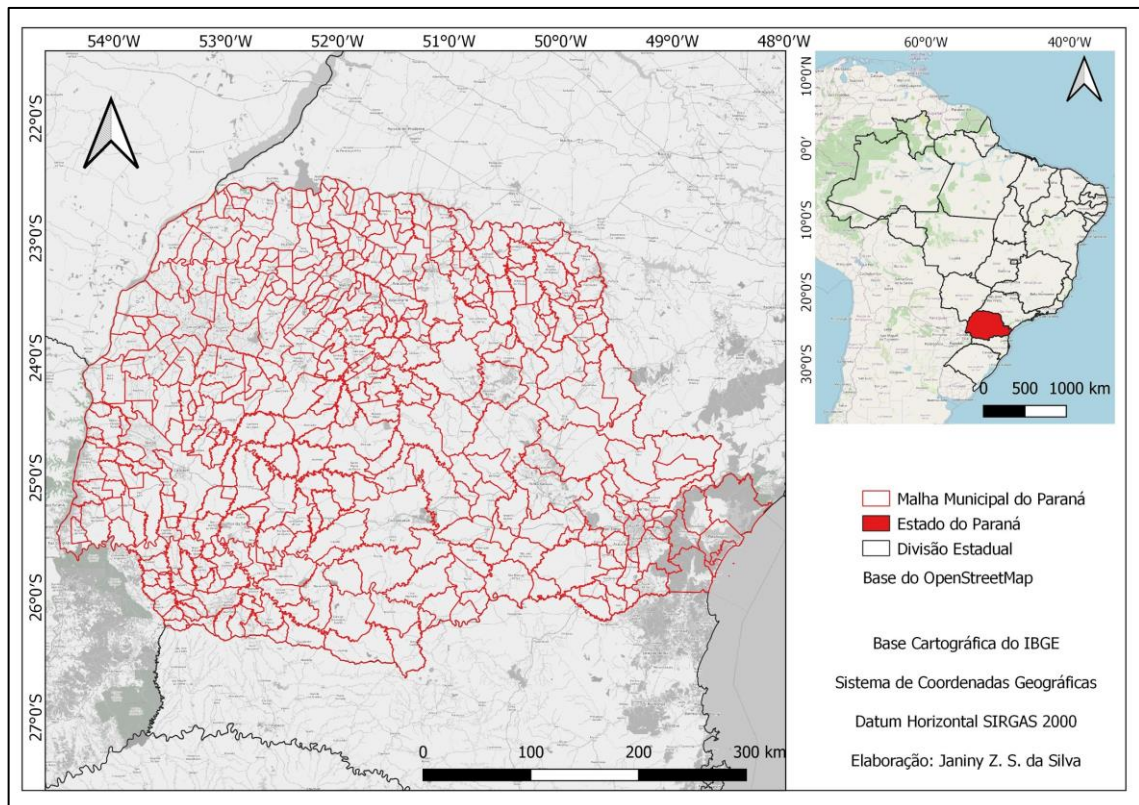
Para a página inicial da aplicação Web foi utilizado um layout HTML modelo do *Bootstrap*, que foi editado com o editor de código fonte NotePad++, para adequação ao projeto e integração com as páginas geradas pelo Qgis2Web. para a modelagem do Diagrama de Caso de Uso foi utilizado o software Astah UML.

## 3.2 MÉTODOS

### 3.2.1 Área de Estudo

Os objetivos de Desenvolvimento Sustentável devem ser alcançados a nível nacional, dessa forma a maior parte dos trabalhos que representa cartograficamente os indicadores das Metas, apresenta as divisões das unidades federativas do país, porém para aplicação e monitoramento de políticas públicas é necessário conhecer território em níveis mais detalhados, dessa forma o recorte para esse projeto foi a divisão municipal do Estado do Paraná.

MAPA 1 - ÁREA DE ESTUDO



Fonte: A autora (2021)

### 3.2.2 Definição do Usuário e Levantamento das suas Necessidades

O usuário do Atlas inicialmente foi pensado como sendo pessoas que necessitam de informações para elaboração de políticas públicas para alcançar o objetivo de Igualdade de Gênero da Organização das Nações Unidas, mas também podendo ser qualquer indivíduo da sociedade civil que tenha conhecimento geográfico anterior sobre o território paranaense e que deseja analisar geograficamente os indicadores desse objetivo.

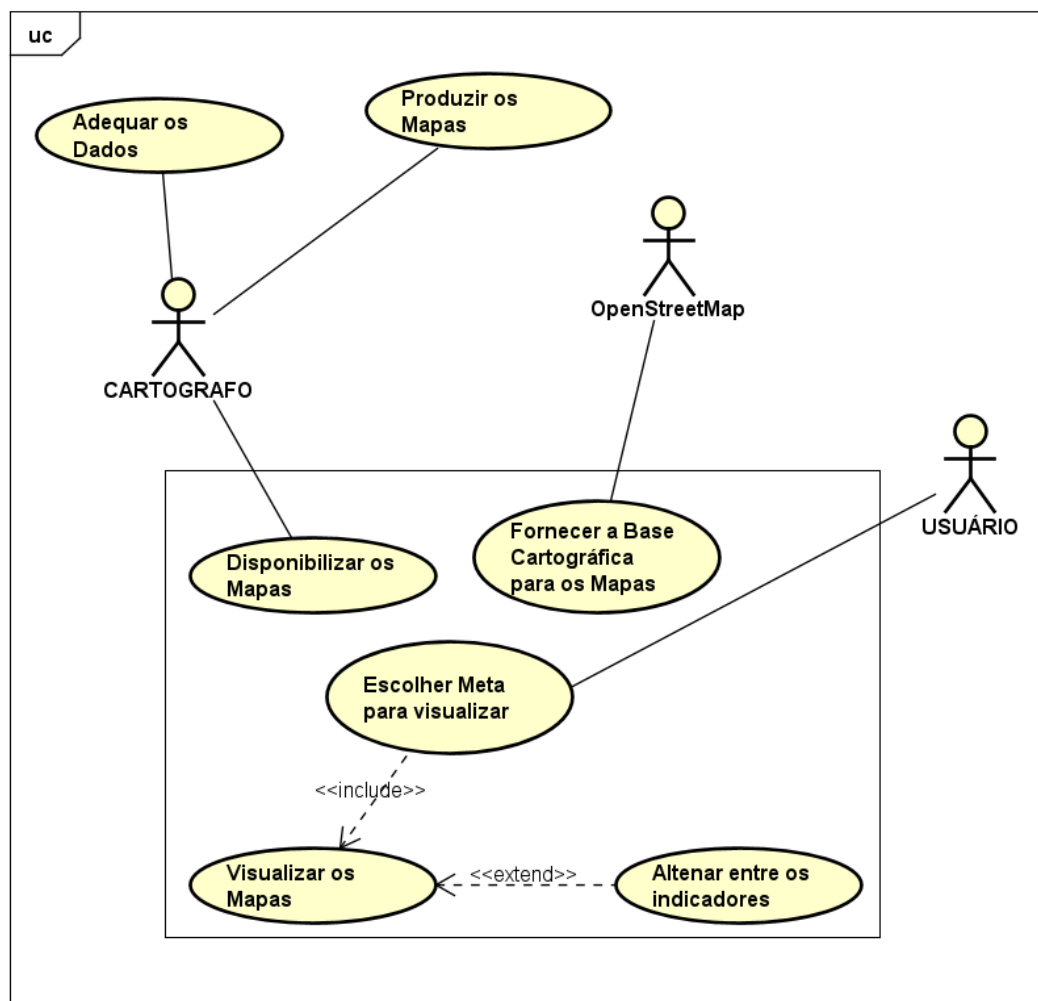
### 3.2.3 Modelagem do Sistema

Para a modelagem do sistema foi utilizado o diagrama de Caso de Uso, que é um diagrama da Linguagem de Modelagem Unificada, que representa o relacionamento entre os atores e o sistema, entre os relacionamentos estão o Include

e o *Extend*, sendo o *Include* uma ação obrigatória em relação a primeira e o *Extend* uma relação opcional.

A modelagem a seguir foi realizada no software Astah UML e demonstra as relações dos atores com o sistema. O quadrado menor representa as ações realizadas dentro da aplicação, dessa forma o Ator Cartógrafo tem duas ações que não são feitas dentro da aplicação, mas que são necessárias para a existência dela, o segundo ator é o OpenStreetMap, que fornece a base cartográfica para a visualização dos mapas, como terceiro ator temos o usuário que irá escolher entre as metas disponíveis, ao escolher a meta a página é alterada para as que contém os mapas, nesta página o usuário pode escolher qual o indicador daquela meta ele deseja visualizar.

FIGURA 15 - DIAGRAMA DE CASO DE USO



Fonte: A autora (2021)

### 3.2.4 Definição das Camadas

O site ODS Brasil, apresenta os indicadores adotados para cada meta, do total de 14 indicadores, 8 não apresentam dados, 1 não se aplica ao Brasil e 1 está em construção, restando apenas 4 indicadores produzidos, ainda assim estes indicadores foram produzidos a nível estadual (ODS Brasil, 2021), dessa forma, muitos dos dados utilizados não existe a nível municipal, que é o detalhamento deste projeto, dessa forma sabendo que os indicadores devem representar as metas estipuladas dentro do objetivo, realizou-se primeiramente o levantamento dos dados e a partir deles decidiu-se os mapas a serem produzidos.

O levantamento dos dados foi realizado nas plataformas governamentais das esferas federal e estadual e de acesso público, os dados utilizados são a nível municipal do Estado do Paraná. Para os dados que apresentaram histórico temporal foram utilizados recortes temporais com dois períodos, antes e depois de 2016 quando entrou em vigor a Agenda 2030, esses dados possuem atualização até 2019, sendo assim o primeiro período é o de 2016 a 2019, totalizando quatro anos, para as análises serem realizadas nas mesmas condições o segundo recorte também tem 4 anos, sendo assim de 2012 a 2012. No QUADRO 2 - METADADOS DOS DADOS UTILIZADOS PARA CADA CAMADA tem-se um resumo sobre os dados e as camadas derivadas dele.

QUADRO 3 - METADADOS DOS DADOS UTILIZADOS PARA CADA CAMADA - continua

Meta	Número item	Dado Original	Formato	Fonte	Link	Camada
-	1	PR_Municipios_2020	shapefile	IBGE	<a href="https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/15774-malhas.html?=&amp;t=downloads">https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/15774-malhas.html?=&amp;t=downloads</a>	-
5.1	2	Proporção de Pessoas por Nível de Instrução	CSV	Estatísticas de Gênero – IBGE (Censo 2010)	<a href="https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&amp;cat=-1,-2,-13,128&amp;ind=4699">https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&amp;cat=-1,-2,-13,128&amp;ind=4699</a>	Proporção de Mulheres por Nível de Instrução (Sem Instrução, Fundamental, Médio e Superior)
5.2	3	RELATÓRIO ESTATÍSTICO CRIMINAL QUANTITATIVO DE VÍTIMAS DE CRIMES RELATIVOS À MORTE PARANÁ SEGUNDO MUNICÍPIOS E CURITIBA SEGUNDO BAIRROS JANEIRO A SETEMBRO DE 2020	PDF	Secretária da Segurança Pública - PR	<a href="http://www.seguranca.pr.gov.br/CAPE/Estatisticas">http://www.seguranca.pr.gov.br/CAPE/Estatisticas</a>	Proporção de Femicídios em relação a Homicídios Dolosos nos três primeiros trimestres de 2020
5.2	4	Mortalidade - Paraná Óbitos p/Ocorrênc por Município e Sexo Causa - CID-BR-10: . 110 Agressões Período:2012--2015	CSV	MS/SVS/CGIA E - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM	<a href="http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sim/cnv/obt10pr.def">http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sim/cnv/obt10pr.def</a>	Proporção de Mortes de Mulheres por Agressão entre 2012 e 2015 e 2016 á 2019
5.3	5	Tabela 2759 - Casamentos entre cônjuges masculino e feminino, por mês do registro, estado civil do homem e da mulher, grupos de idade do homem e da mulher e lugar do registro	.XLS	IBGE - Pesquisa Estatísticas do Registro Civil	<a href="https://sidra.ibge.gov.br/tabela/2759">https://sidra.ibge.gov.br/tabela/2759</a>	Casamentos Prematuros entre 2012 a 2015 e 2016 á 2019

QUADRO 2 - METADADOS DOS DADOS UTILIZADOS PARA CADA CAMADA - continuação

5.5	6	consulta_cand_2008_PR	.txt	TSE - Tribunal Superior Eleitoral	<a href="https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais-1/repositorio-de-dados-eleitorais">https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais-1/repositorio-de-dados-eleitorais</a>	Prefeitas e Vices Eleitas em 2008, 2012, 2016 e 2020
5.5	7	ODS - Objetivo 5 - Proporção de Cadeiras Ocupadas por Mulheres no Legislativo (%) - (2012/2016/2020)	csv	IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social	<a href="http://www.ipardes.gov.br/imp/index.php">http://www.ipardes.gov.br/imp/index.php</a>	Proporção de Cadeiras Ocupadas por Mulheres no Legislativo Eleições de 2012, 2016 e 2020
5.5	8 - 9	Eleitores - Total Eleitores Femininos - Total	csv	IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social	<a href="http://www.ipardes.gov.br/imp/index.php">http://www.ipardes.gov.br/imp/index.php</a>	Percentual de Eleitoras em 2008, 2012, 2016 e 2020
5.6	10 - 11	Número de Casos por HIV / AIDS - Total - (1990-2019) Número de Casos por HIV / AIDS entre Mulheres - (1990-2019)	csv	IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social	<a href="http://www.ipardes.gov.br/imp/index.php">http://www.ipardes.gov.br/imp/index.php</a>	Proporção de Casos de Aids e ou HIV notificados entre Mulheres entre 2012 à 2015 e 2016 à 2019

QUADRO 2 - METADADOS DOS DADOS UTILIZADOS PARA CADA CAMADA - conclusão

5.6	12	Taxa de Mortalidade Materna (100 mil nascidos vivos) - (1996-2019)	csv	IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social	<a href="http://www.ipardes.gov.br/imp/index.php">http://www.ipardes.gov.br/imp/index.php</a>	Taxa Média de Mortalidade Materna a cada 100 mil nascidos vivos entre 2012 à 2015 e 2016 à 2019
5.6	13	Leitos Hospitalares - Existente - Obstétricos - (2005-2020)	csv	IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social	<a href="http://www.ipardes.gov.br/imp/index.php">http://www.ipardes.gov.br/imp/index.php</a>	Média de Leitos Obstétricos entre 2012 a 2015 e 2016 à 2019
5.c		Endereços de Delegacias das Mulheres	Online	Polícia Civil do Paraná	<a href="https://www.policiacivil.pr.gov.br/webservices/policiacivil/listaTelefonica">https://www.policiacivil.pr.gov.br/webservices/policiacivil/listaTelefonica</a>	Rede de Apoio à Mulheres
5. a	14	Tabela 6753 - Número de estabelecimentos agropecuários e Área dos estabelecimentos agropecuários, por tipologia, condição legal das terras, condição legal do produtor e sexo do produtor	XLSX	IBGE - Censo Agropecuário 2017	<a href="https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6753">https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6753</a>	Proporção de Estabelecimentos Rurais com Proprietárias Mulheres

Fonte: A autora (2021)

### 3.2.5 Escala e Projeção Cartográfica

A malha municipal utilizada como base para elaboração dos mapas é compatível com a escala de 1:250.000, porém por se tratar de mapas interativos, que permitem ao usuário a alteração de escala, o nível mínimo é o equivalente ao estado do Paraná e o nível de zoom máximo equivalente a ao menor município do estado. A projeção Cartográfica adotada por serviços TMS (*Tile Map Services*), como o do *OpenStreetMap*, que foi utilizado neste projeto, é a projeção *WebMercator*, que tem como elipsoide de referência o WGS84.

### 3.2.6 Linguagem Cartográfica

“A linguagem cartográfica é constituída pelos símbolos, com suas respectivas variáveis visuais, que descrevem as diferenças percebidas nos símbolos utilizados para representar os fenômenos geográficos” (NATINGUE; DELAZARI; SLUTER, 2017, p. 509). As primitivas gráficas, podem ser ponto, linha e área, o nível de medida, ou seja, a estruturação das observações sobre a realidade, podem ser nominais, ordinal, intervalar ou razão e as variáveis visuais que são as variações das primitivas gráficas e podem ser, forma, tamanho, tom de cor, valor de cor, saturação e orientação (DELAZARI, 2018; SLUTER, 2008).

O quadro a seguir sistematiza a linguagem cartográfica das camadas, quando a camada for repetida alterando apenas o período, por exemplo “Prefeitas e Vices Eleitas em 2008, Prefeitas e Vices Eleitas em 2012, Prefeitas e Vices Eleitas em 2016 e Prefeitas e Vices Eleitas em 2020”, será representada apenas uma com ponto de reticência no local do ano ou período, pois a linguagem é a mesma para todas.

QUADRO 4 - LINGUAGEM CARTOGRÁFICA - continua

Item	Camada	Dimensão Espacial	Primitiva Gráfica	Nível de Medida	Variáveis Visuais
1	Proporção de Mulheres por Nível de Instrução	Área	Área	Razão	Valor de cor

QUADRO 3 - LINGUAGEM CARTOGRÁFICA - conclusão

2	Percentual de Feminicídios em relação a Homicídios Dolosos nos três primeiros trimestres de 2020	Área	Área	Razão	Valor de Cor
3	Percentual de Mortes de Mulheres por Agressão entre ...	Área	Área	Razão	Valor de Cor
4	Casamentos Prematuros entre ...	Área	Área	Intervalar	Valor de Cor
5	Prefeitas e Vices Eleitas em ...	Área	Ponto	Nominal	Tamanho
6	Proporção de Cadeiras Ocupadas por Mulheres no Legislativo Eleições de ...	Área	Ponto	Razão	Tamanho
7	Percentual de Eleitoras em ...	Área	Área	Razão	Valor de Cor
8	Proporção de Casos de Aids e ou HIV notificados entre Mulheres entre ...	Área	Área	Razão	Valor de Cor
9	Media de Leitos Obstetricios entre ...	Área	Ponto	Intervalar	Tamanho
10	Taxa Media de Mortalidade Materna a cada 100 mil nascidos vivos entre ...	Área	Área	Razão	Valor de Cor
11	Proporção de Estabelecimentos Rurais com Proprietárias Mulheres	Área	Área	Razão	Valor de Cor
12	Rede de Apoio à Mulher	Pontual	Ponto	Nominal	Tom de Cor

Fonte: A autora (2021)

A técnica de mapeamento para os mapas dos itens 1, 2, 3, 6, 7 e 9 foi a técnica coroplética, que considera que o valor da variável está uniformemente distribuído dentro da área. Para os mapas 4, 5 e 8 foi aplicada a técnica de símbolos pontuais proporcionais, em que se varia o tamanho do símbolo, de forma proporcional às

quantidades representadas, dessa forma representou-se a dimensão espacial área através da primitiva ponto para possibilitar a sobreposição com os mapas coropléticos.

O método de classificação aplicado para os mapas foi o método de Quebras Naturais ou Jenks, em que “forma-se grupos que são homogêneos internamente e assegura heterogeneidade a entre classes”. (DECANINI, 2003, p.10). A classificação de Jenks foi aplicada para todos o conjunto de valores dos mapas multitemporais, posteriormente os intervalos foram aplicados para os mapas de cada período, possibilitando as mesmas condições para análise dos períodos.

### 3.2.7 Implementação da Interface Web e Integração dos Mapas

Os mapas produzidos no QGIS foram exportados pelo QGIS2Web, em seguida foram realizadas alterações nos códigos para inserção de botões para voltar à página inicial ou para seguir para os indicadores da próxima meta.

A página inicial foi pensada como uma página que apresentasse o projeto e as metas do objetivo de desenvolvimento sustentável, e os links para os mapas de cada meta, possibilitando a navegação entre eles. Dessa forma produziu-se um esboço das necessidades.

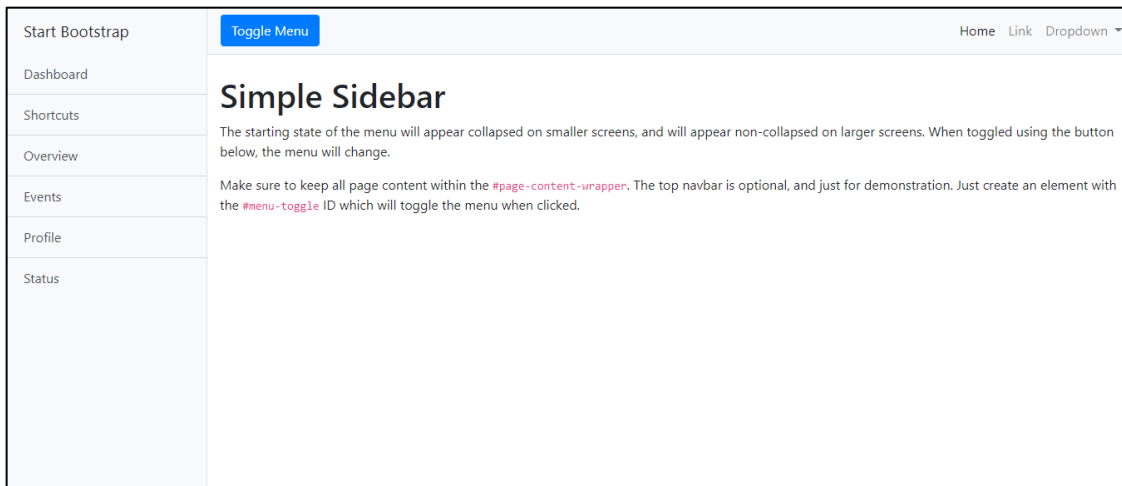
FIGURA 16 - PLANEJAMENTO DA INTERFACE

Titulo	
Indicadores da Meta 5.1	<p>Apresentação</p> <p>Objetivo de Desenvolvimento Sustentável número 5: Igualdade de Gênero.</p> <p>Meta 5.1 ....</p> <p>Meta 5.2 ....</p>
Indicadores da Meta 5.2	
Indicadores da Meta 5.3	
Indicadores da Meta 5.4	
.	
.	
.	
Indicadores da Meta 5.c	

Fonte: A autora (2021)

A partir do protótipo da interface, a biblioteca Bootstrap foi consultada para a obtenção de um modelo de layout. Em seguida realizou-se alterações para que o modelo atendesse as necessidades do sistema, como a integração com os arquivos gerados pelo QGIS2Web. A seguir é apresentado o layout escolhido na biblioteca.

FIGURA 17 - PÁGINA HTML MODELO



Fonte: Bootstrap (2021)

## 4 RESULTADOS

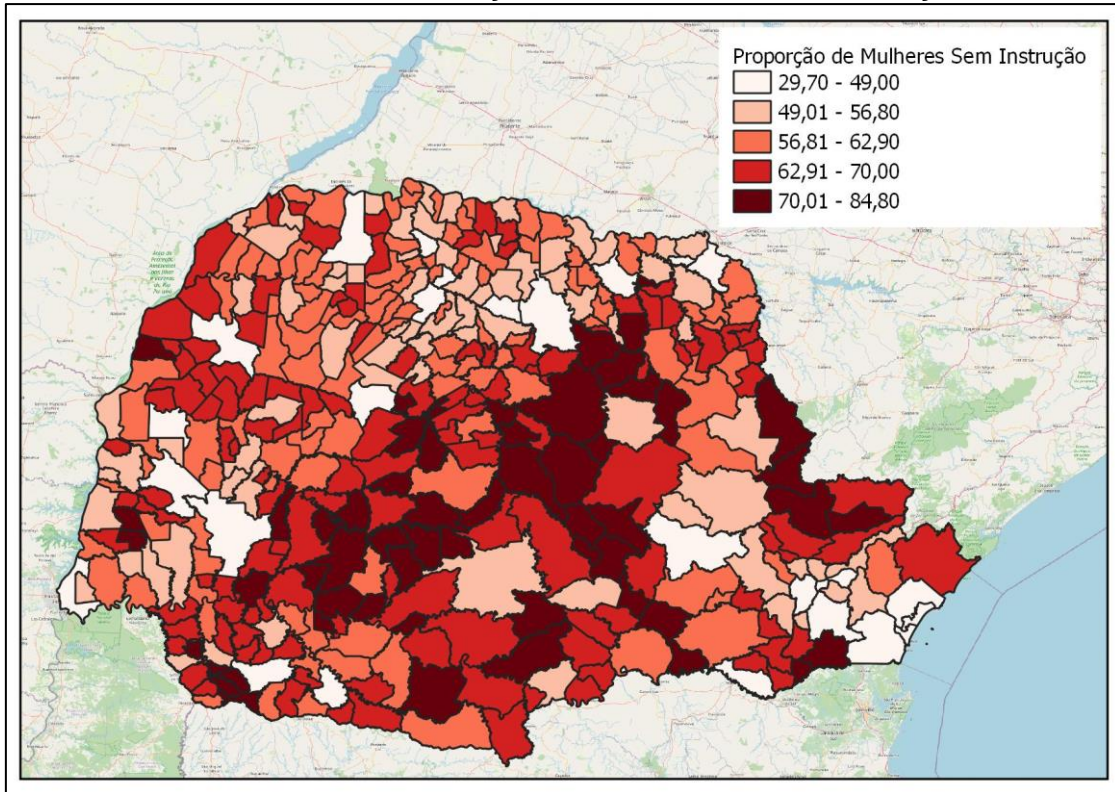
O projeto resultou em um Atlas digital com 30 camadas a partir dos dados obtidos nas plataformas governamentais, distribuídos em sete das nove metas do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável.

A seguir serão apresentados os mapas gerados com a combinação das camadas. Ao mover o ponteiro do mouse sobre os municípios o nome e o valor da classe da camada ativa são apresentados como um pop-up, facilitando a identificação. As análises dessa seção foram feitas com base no Atlas hospedado no link <http://www.labgeolivre.ufpr.br/AtlasODSGenero/>, dessa forma os mapas apresentados aqui são a título de representação dos resultados, e assim como o atlas tem base cartográfica do *OpenStreetMap*.

### 4.1 META 5.1 - ACABAR COM TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA TODAS AS MULHERES E MENINAS EM TODA PARTES.

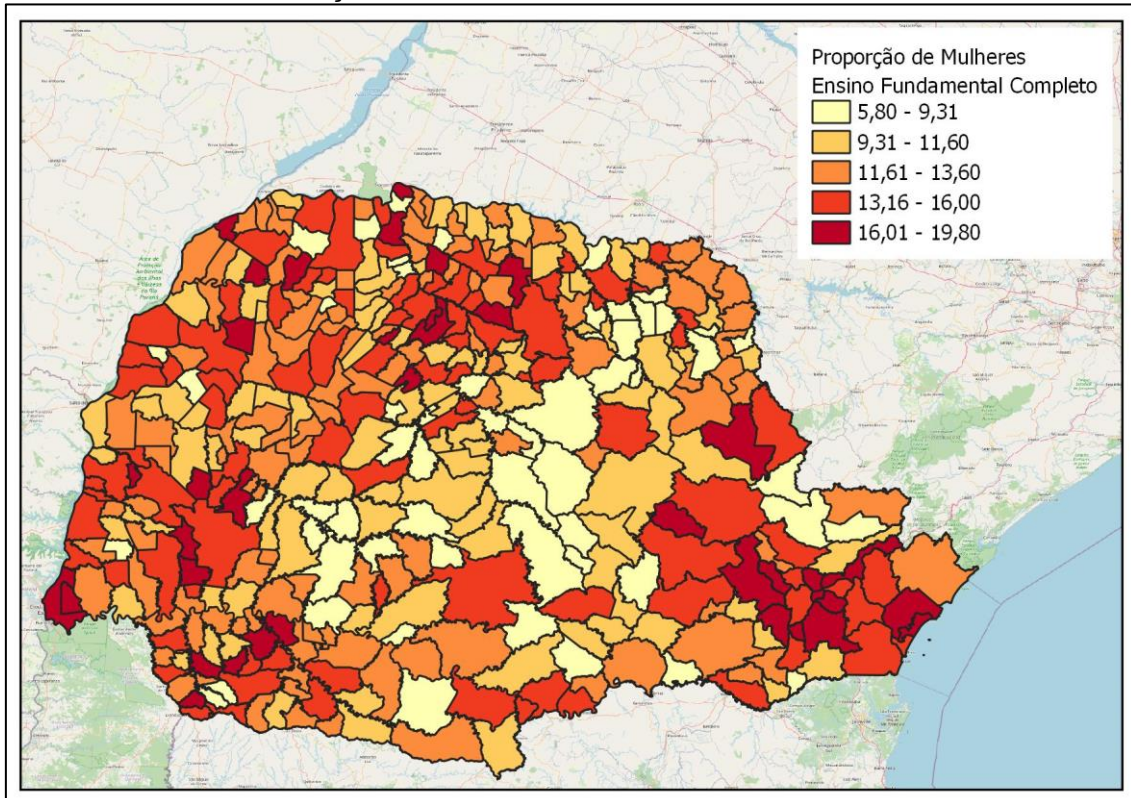
O indicador da meta 5.1 trata de arcabouço legal para acabar com a discriminação com base no sexo, como visto na seção 2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS DE IGUALDADE DE GÊNERO o Brasil possui legislação federal para combater a discriminação contra mulher, dessa forma a representação de arcabouço legal dos municípios não será representado. Dessa forma utilizando exemplos de outros trabalhos que utilizaram indicadores diferentes dos criados pela ONU para representar as metas, essa meta será representada pela proporção de mulheres nos níveis de educação, tendo em vista, que uma das formas de acabar com a desigualdade de gênero é por meio da Educação.

MAPA 2 - PROPORÇÃO DE MULHERES SEM INSTRUÇÃO



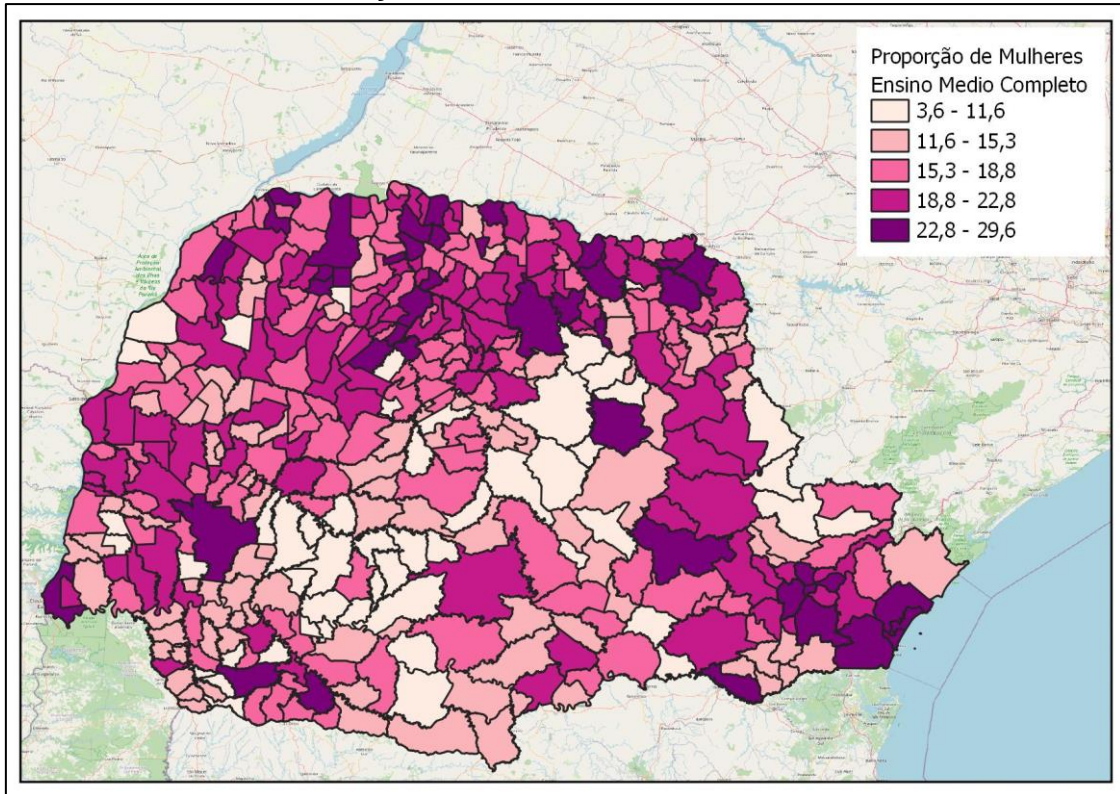
Fonte: A autora (2021)

MAPA 3 - PROPORÇÃO DE MULHERES COM ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO



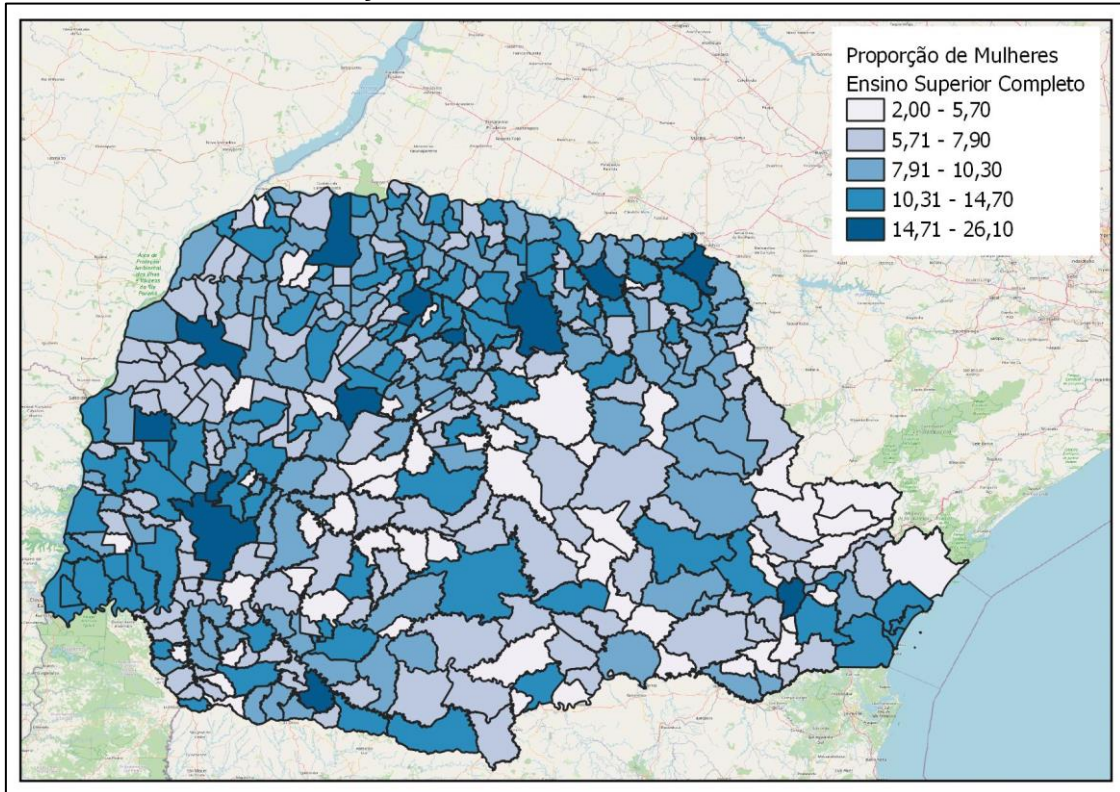
Fonte: A autora (2021)

MAPA 4 - PROPORÇÃO DE MULHERES COM ENSINO MÉDIO COMPLETO



Fonte: A autora (2021)

MAPA 5 - PROPORÇÃO DE MULHERES COM ENSINO SUPERIOR COMPLETO

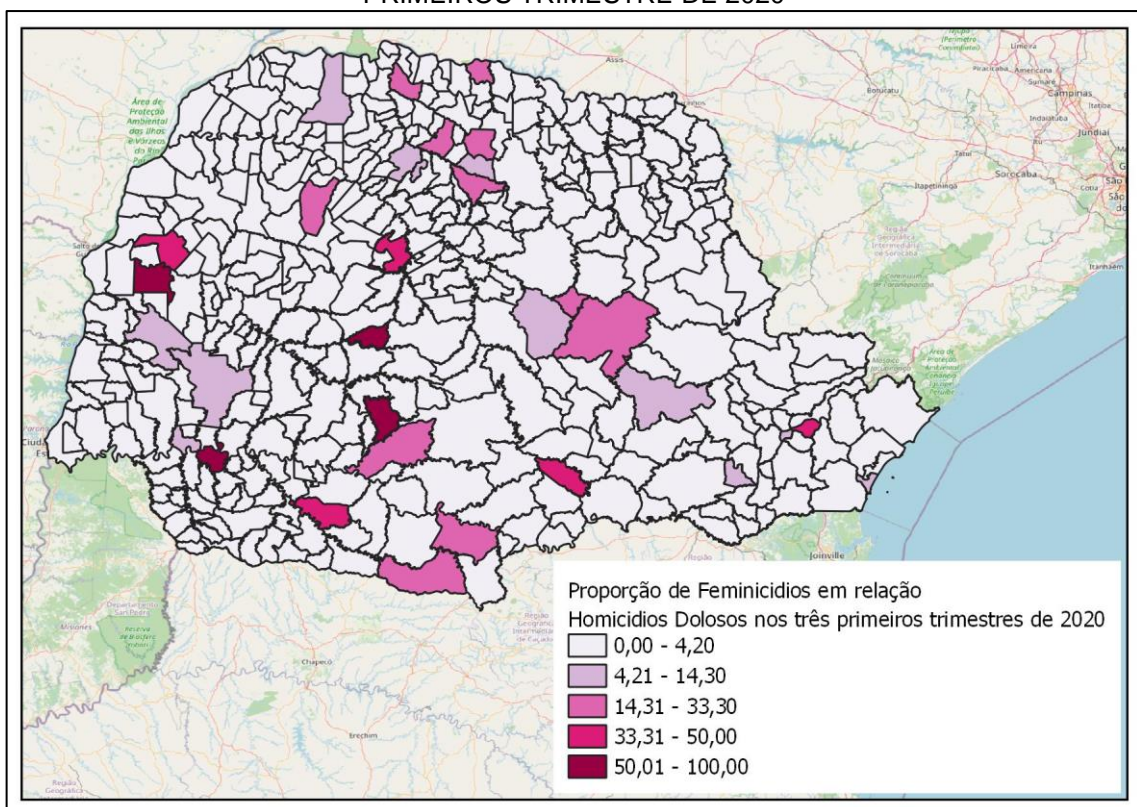


Fonte: A autora (2021)

Observa-se no MAPA 6 - PROPORÇÃO DE MULHERES SEM INSTRUÇÃO que as cidades em que fazem divisa com Reserva e Cândido de Abreu, e essas mesmas cidades, são as regiões que apresentam as maiores proporções de mulheres sem instrução, e conseqüentemente quando eleva-se esse nível as cidades apresentam diminuição das proporções. O MAPA 7 - PROPORÇÃO DE MULHERES COM ENSINO SUPERIOR COMPLETO mostra que as proporções são maiores nas cidades que tem campus de universidade públicas, como Curitiba, Londrina, Maringá Jacarezinho, com campus da UFPR, UEL, UEM e UENP

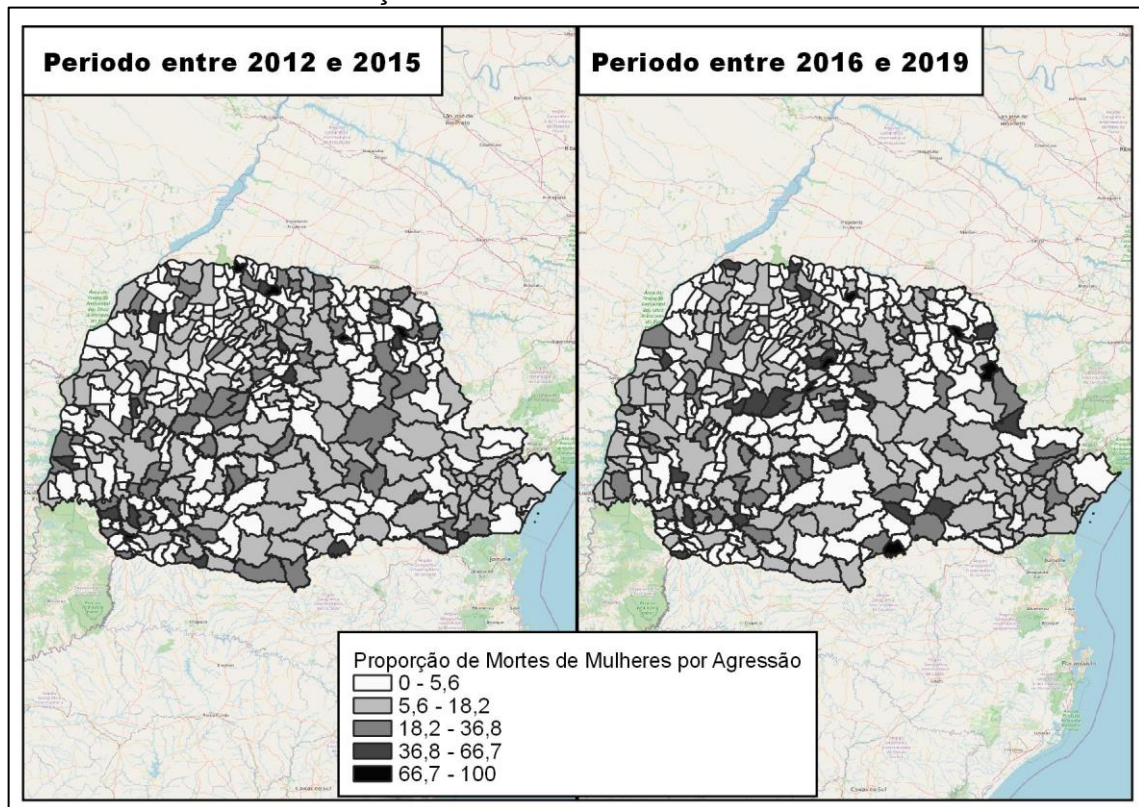
4.2 META 5.2 - ELIMINAR TODAS AS FORMAS DE VIOLÊNCIA CONTRA TODAS AS MULHERES E MENINAS NAS ESFERAS PÚBLICAS E PRIVADAS, INCLUINDO O TRÁFICO E EXPLORAÇÃO SEXUAL E DE OUTROS TIPOS.

MAPA 8 - PROPORÇÃO DE FEMINICÍDIOS EM RELAÇÃO A HOMICÍDIOS DOLOSOS NOS TRÊS PRIMEIROS TRIMESTRES DE 2020



Fonte: A autora (2021)

MAPA 9 - PROPORÇÃO DE MORTES DE MULHERES POR AGRESSÃO



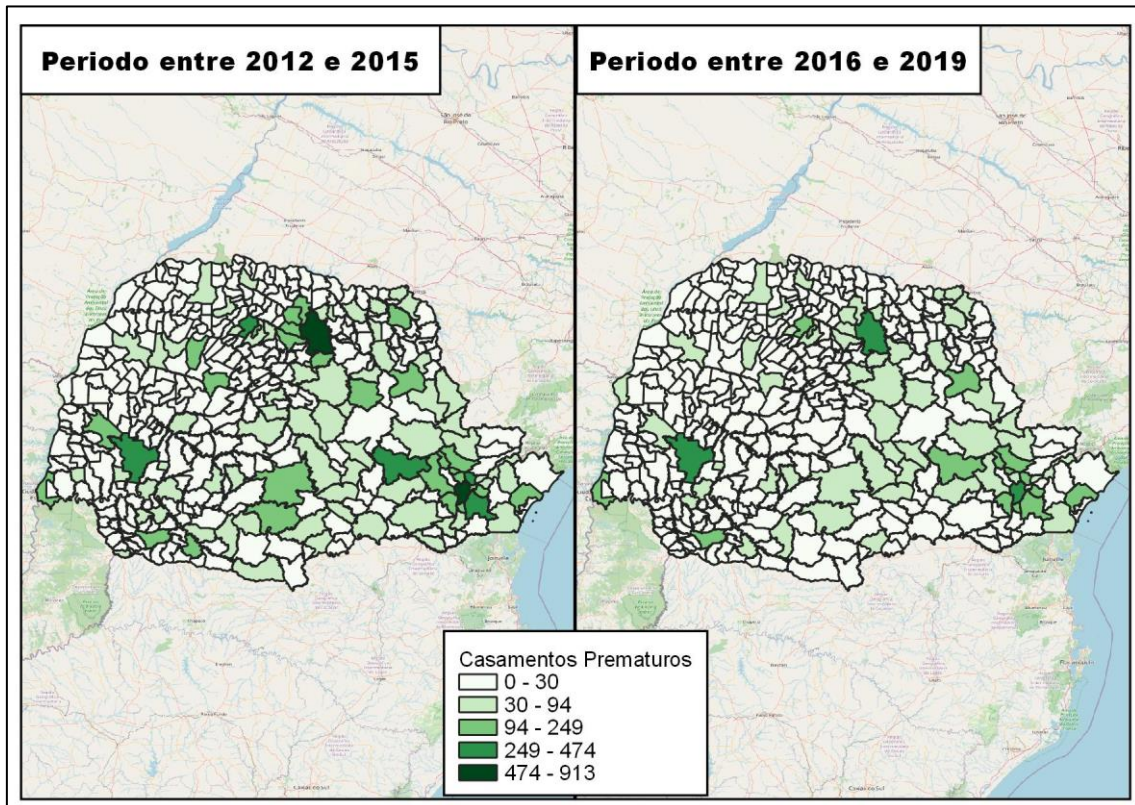
Fonte: A autora (2021)

Comparando-se o Mapas da meta 5.2, Proporção de Femicídio com os de Morte por Agressão não apresenta um padrão ao longo do tempo, porém deve ser levado em consideração que as mortes por agressão não são configuradas exclusivamente como feminicídios, e os órgãos dos quais foram obtidos os dados terem funções diferentes e por consequência registro de notificação também diferentes.

A comparação entre os Mapas de Mortes por Agressão, entre períodos, mostra que o único município que manteve uma proporção de 100% foi o município de Guapirama, a região do Oeste Paranaense teve um aumento geral da proporção de mulheres mortas por agressão, já a região metropolitana de Curitiba, manteve o padrão entre os dois períodos, com exceção dos municípios de Almirante Tamandaré e Mandirituba, que desceram na classificação.

### 4.3 META 5.3 - ELIMINAR TODAS AS PRÁTICAS NOCIVAS, COMO OS CASAMENTOS PREMATUROS, FORÇADOS E DE CRIANÇAS E MUTILAÇÕES GENITAIS FEMININAS

MAPA 10 - CASAMENTOS PREMATUROS



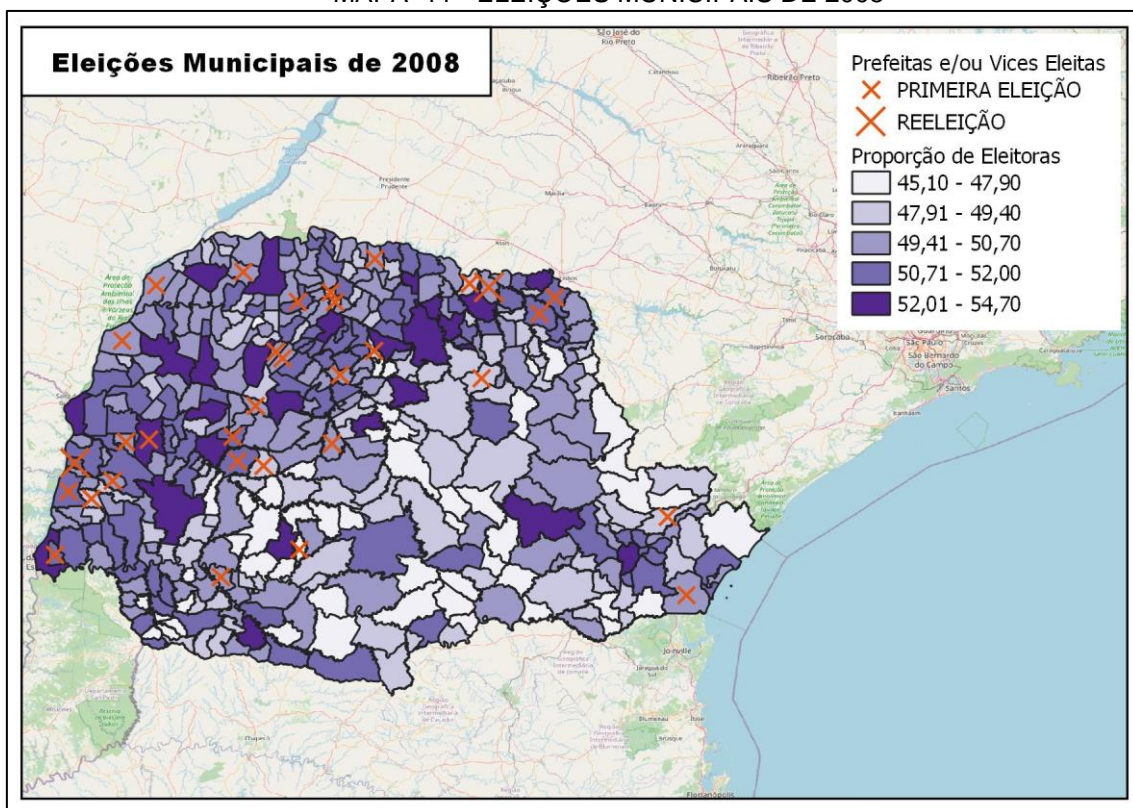
Fonte: A autora (2021)

O Mapa da Meta 5.3 apresentam o número total de casamentos prematuros de adolescentes, registro de casamento civil de adolescentes com 16 e 17 anos, observa-se comparando os períodos que houve uma diminuição do número em todo o estado, mas que os municípios que detinham os maiores número no primeiro período continuaram nessa posição, sendo eles em sequência decrescente do primeiro período, Curitiba (913 e 427), Londrina (635 e 368), Cascavel (474 e 439) e Ponta Grossa (419 e 227), tendo estas cidades as maiores populações do estado e por consequência números maiores, visto que os valores não foram normalizados pelo número de casamentos prematuros geral ou pela população feminina.

#### 4.4 META 5.5 - GARANTIR A PARTICIPAÇÃO PLENA E EFETIVA DAS MULHERES E A IGUALDADE DE OPORTUNIDADES PARA A LIDERANÇA EM TODOS OS NÍVEIS DE TOMADA DE DECISÃO NA VIDA POLÍTICA, ECONÔMICA E PÚBLICA

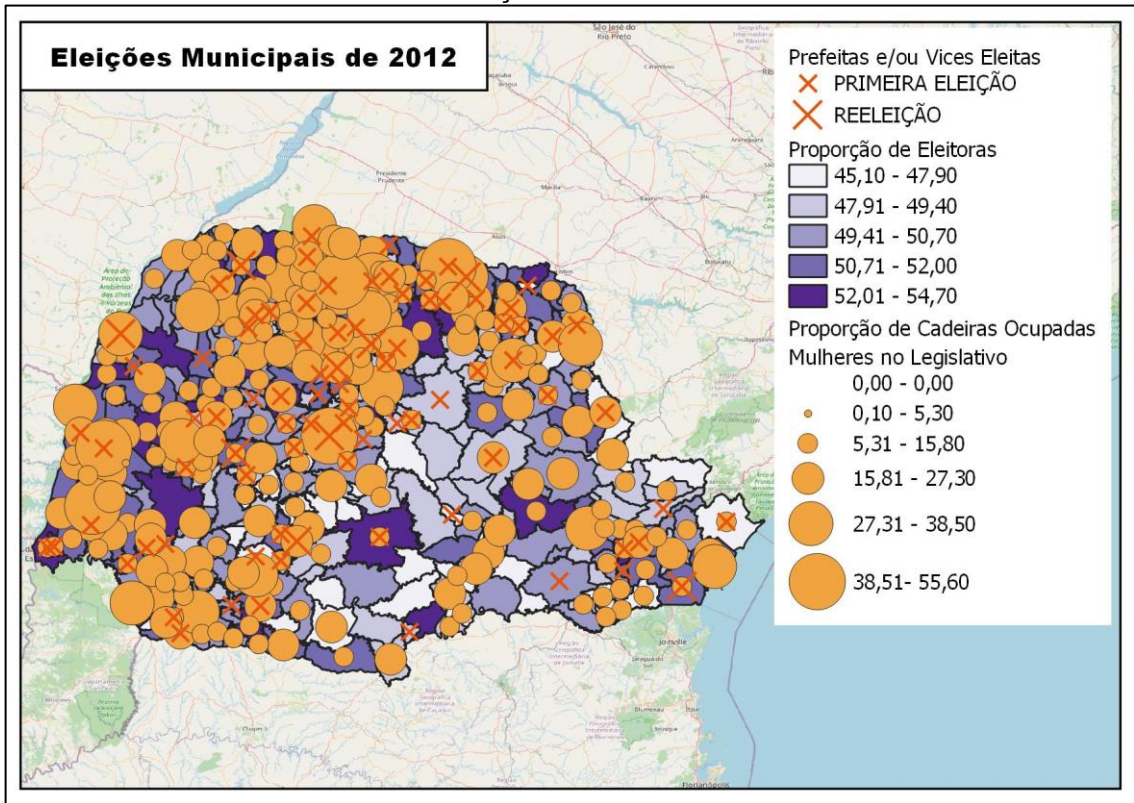
Para a meta 5.5 produziu-se 5 mapas que demonstram a importância de um meio digital para a visualização cartográfica, podendo desligar e ligar camadas e alterar a escala visto que os exemplos a seguir apresentam dificuldade na identificação das informações devido a sobreposição de indicadores.

MAPA 11 - ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2008



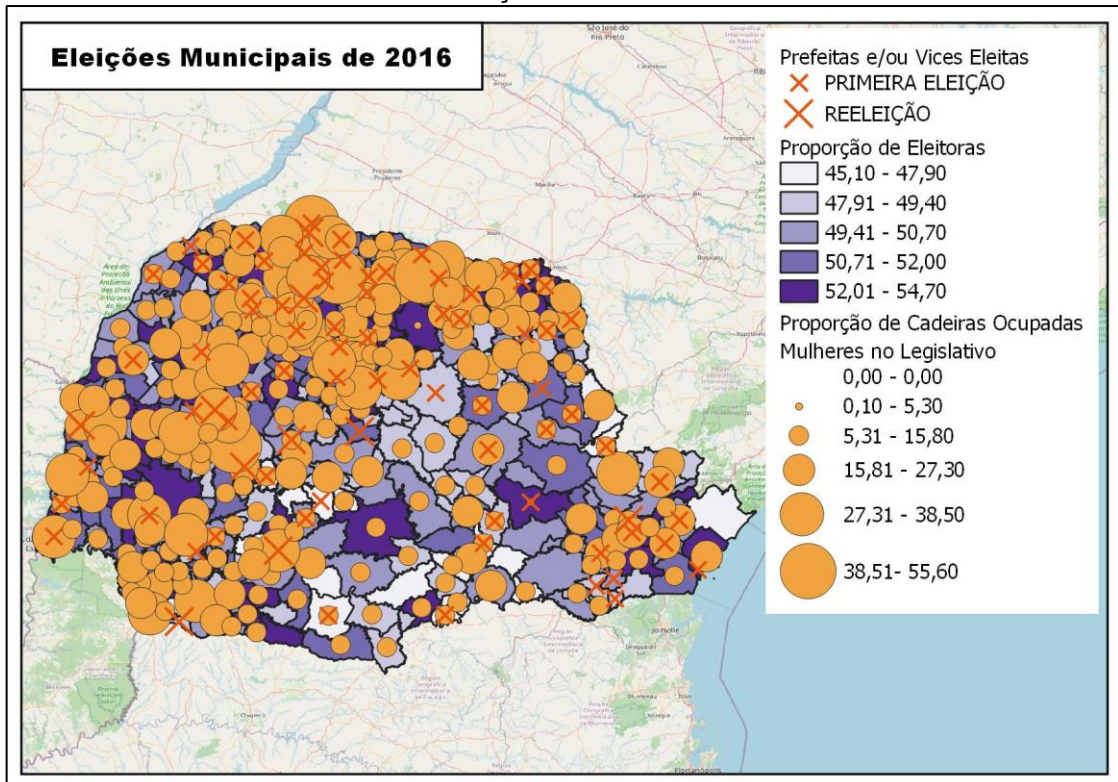
Fonte: A autora (2021)

MAPA 12 - ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2012



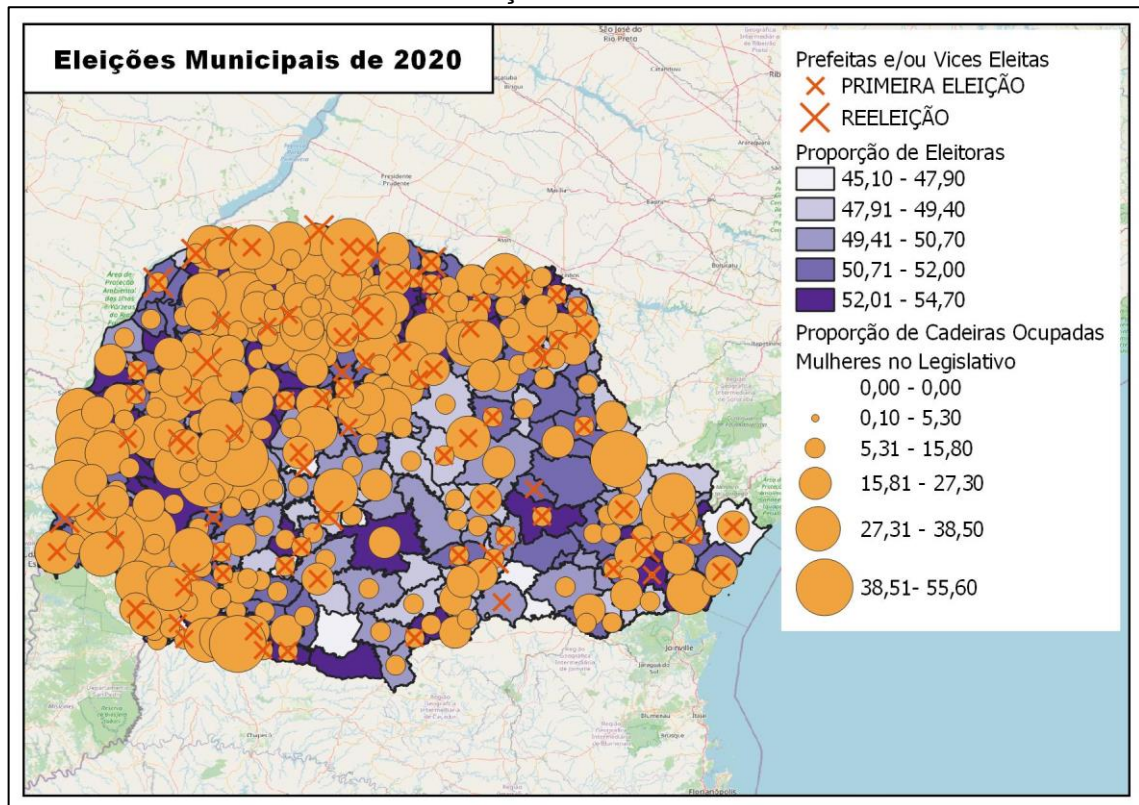
Fonte: A autora (2021)

MAPA 13 - ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2016



Fonte: A autora (2021)

MAPA 14 - ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020

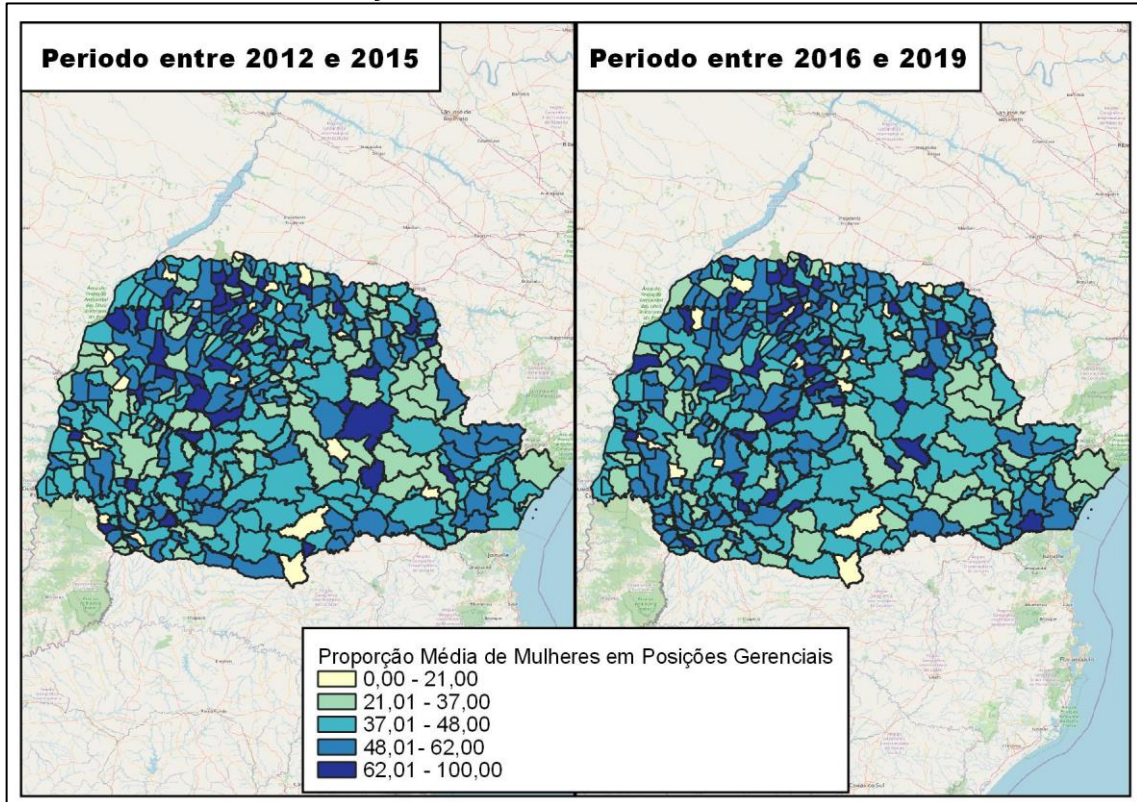


Fonte: A autora (2021)

Para as eleições de 2008 não foram obtidos os valores de proporção de cadeiras ocupadas por mulheres no Legislativo, porém comparando as eleições de 2012, 2016 e 2020, observa-se uma distribuição entre as cidades que apresentam proporção diferentes de zero em todo estado entre as eleições de 2012 para as de 2016, das eleições de 2016 para 2020 houve um aumento da proporção praticamente em todos os municípios do estado. Em relação a proporção de eleitoras, houve um aumento gradativo em todo o estado para as quatro eleições. Em relação a eleição de prefeitas e/ou vices, dividindo-se o estado ao meio em Leste e Oeste, a porção leste do estado teve maior quantidade de municípios com o poder executivo feminino na eleição de 2008, mantendo-se o quadro em 2012, mas com aumento dos municípios na parte Oeste. Em 2016 houve diminuição de mulheres eleitas para o poder executivo, com destaque para a região Centro Ocidental Paranaense que teve uma concentração nas eleições de 2012 e teve uma queda significativa em 2016. As eleições de 2020 manteve o quadro de 2016, com a distribuição de mulheres eleitas

em todo o estado, sem concentração em nenhuma região. Observando os quatro mapas observa-se um pioneirismo nas maiores cidades do Estado, com destaque para as regiões Norte, Oeste e Noroeste do estado.

MAPA 15 - PROPORÇÃO MÉDIA DE MULHERES EM CARGOS DE CHEFIA



Fonte: A autora (2021)

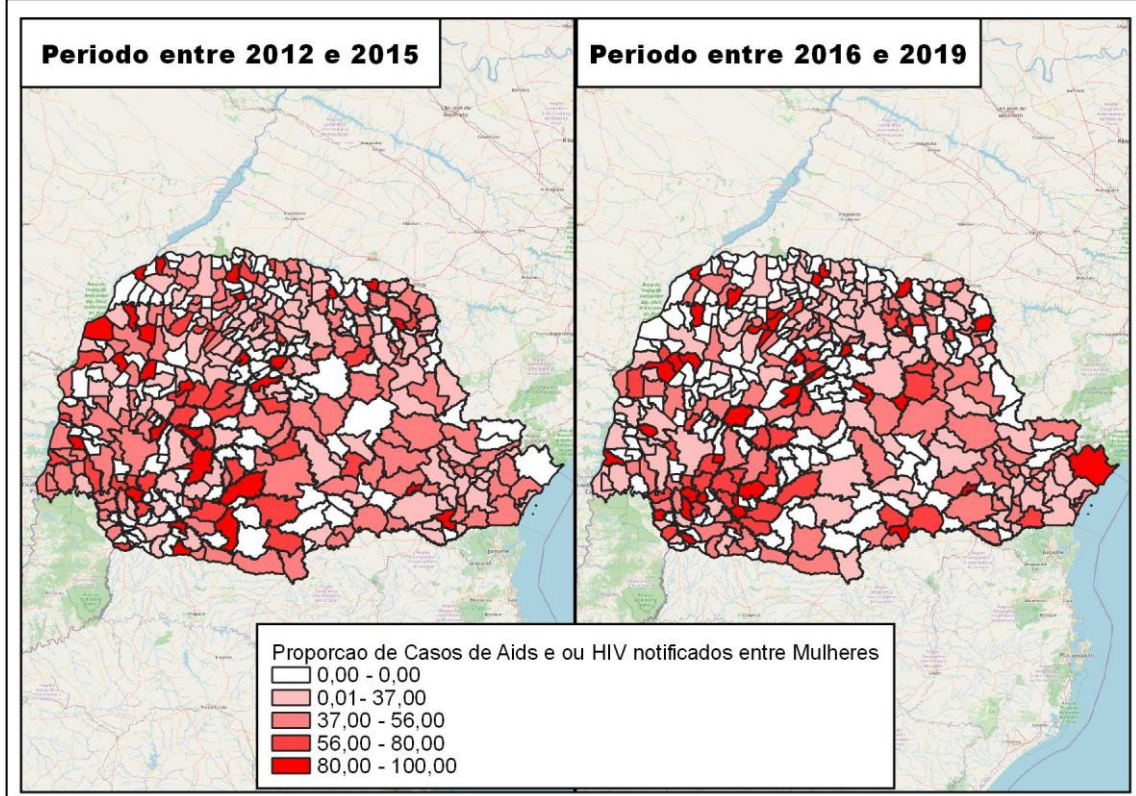
O mapa de proporção média de mulheres em cargos gerenciais, apresenta a comparação para dois períodos, antes e depois dos objetivos entrarem em vigor, observa-se que a região Centro Oriental Paranaense teve aumento na proporção, com exceção do município de Tibagi.

4.5 META 5.6 - ASSEGURAR O ACESSO UNIVERSAL À SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA E OS DIREITOS REPRODUTIVOS, COMO ACORDADO EM CONFORMIDADE COM O PROGRAMA DE AÇÃO DA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO E COM A

## PLATAFORMA DE AÇÃO DE PEQUIM E OS DOCUMENTOS RESULTANTES DE SUAS CONFERÊNCIAS DE REVISÃO

Para a meta 5.6 foram produzidos dois mapas, um com a proporção de casos de AIDS/HIV entre mulheres e o outro com a taxa de mortalidade materna e o número médio de leitos obstétricos.

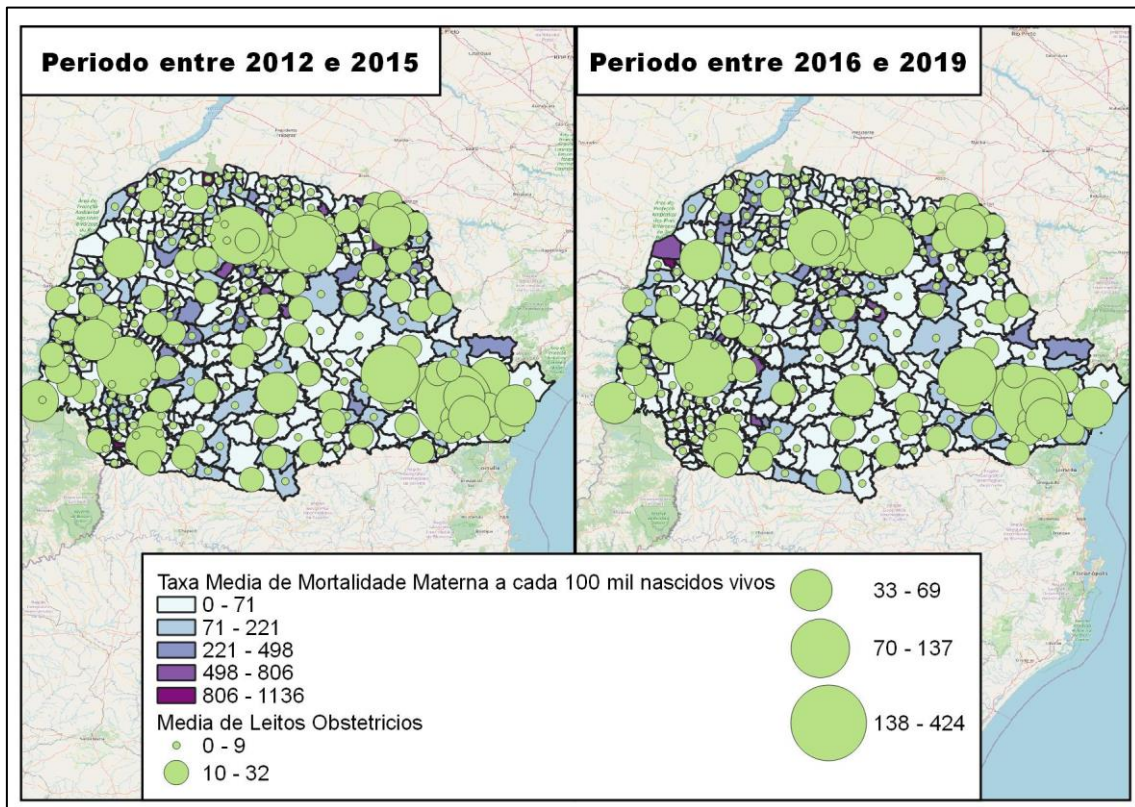
MAPA 16 - PROPORÇÃO DE CASOS DE AIDS E/OU HIV NOTIFICADOS ENTRE MULHERES



Fonte: A autora (2021)

A proporção de casos notificados entre mulheres apresentou redução no noroeste paranaense, assim como nos municípios adjacentes ao litoral, porém aumento nos municípios litorâneos, com destaque para o de Guaraqueçaba que foi de uma proporção de 0% para 100%, em comparação, os dados a nível nacional mostram uma proporção de mulheres de 48,4% entre os jovens de 25 a 39 anos no ano de 2019 (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2021) e um aumento na última década na taxa de detecção entre mulheres acima de 60 anos de 5,3 para 6,4 a cada 100 mil habitantes. (ABIA, 2019).

MAPA 17 - TAXA MÉDIA DE MORTALIDADE MATERNA



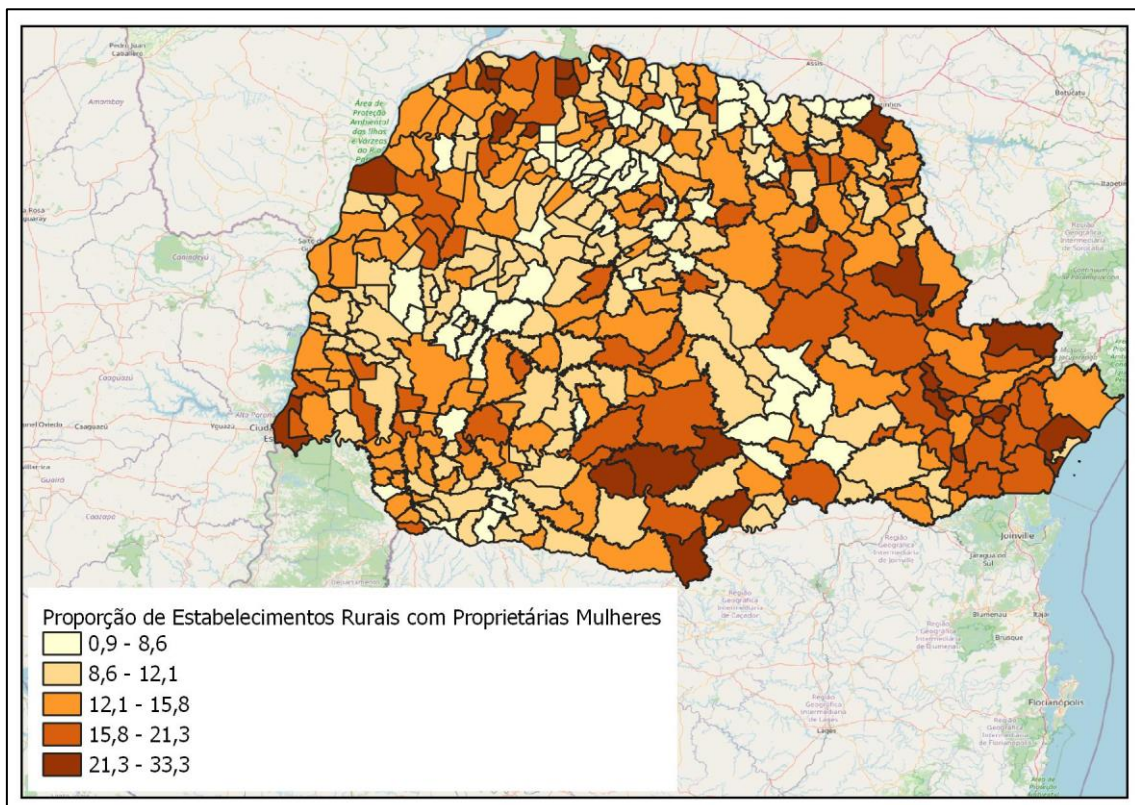
Fonte: A autora (2021)

A média de leitos manteve-se praticamente a mesma em todo o estado nos dois períodos, as taxas que não são facilmente visualizadas no texto impresso, mas é possível ser verificada no atlas, apresenta quase uma inversão entre os municípios vizinhos em todo o estado, os municípios que apresentavam a maior taxa no primeiro período teve redução, e seus vizinho aumentaram as taxas, como no caso do município de Rio Branco do Ivaí que tinha uma taxa de 581,4 entre 2012 e 2015 e passou a uma taxa médio de 0, enquanto os municípios vizinhos Ariranha do Ivaí e Rosário do Ivaí aumentaram as taxas, indo de 0 para 735,29 e 721,54 respectivamente.

4.6 META 5.A - REALIZAR REFORMAS PARA DAR ÀS MULHERES DIREITOS IGUAIS AOS RECURSOS ECONÔMICOS, BEM COMO O ACESSO A PROPRIEDADE E CONTROLE SOBRE A TERRA E OUTRAS FORMAS DE PROPRIEDADE, SERVIÇOS FINANCEIROS, HERANÇA E OS RECURSOS NATURAIS, DE ACORDO COM AS LEIS NACIONAIS

Para a meta 5.a foi produzido o mapa com a proporção de estabelecimento rurais com proprietárias mulheres.

MAPA 18 - PROPORÇÃO DE ESTABELECIMENTOS RURAIS COM PROPRIETÁRIAS MULHERES



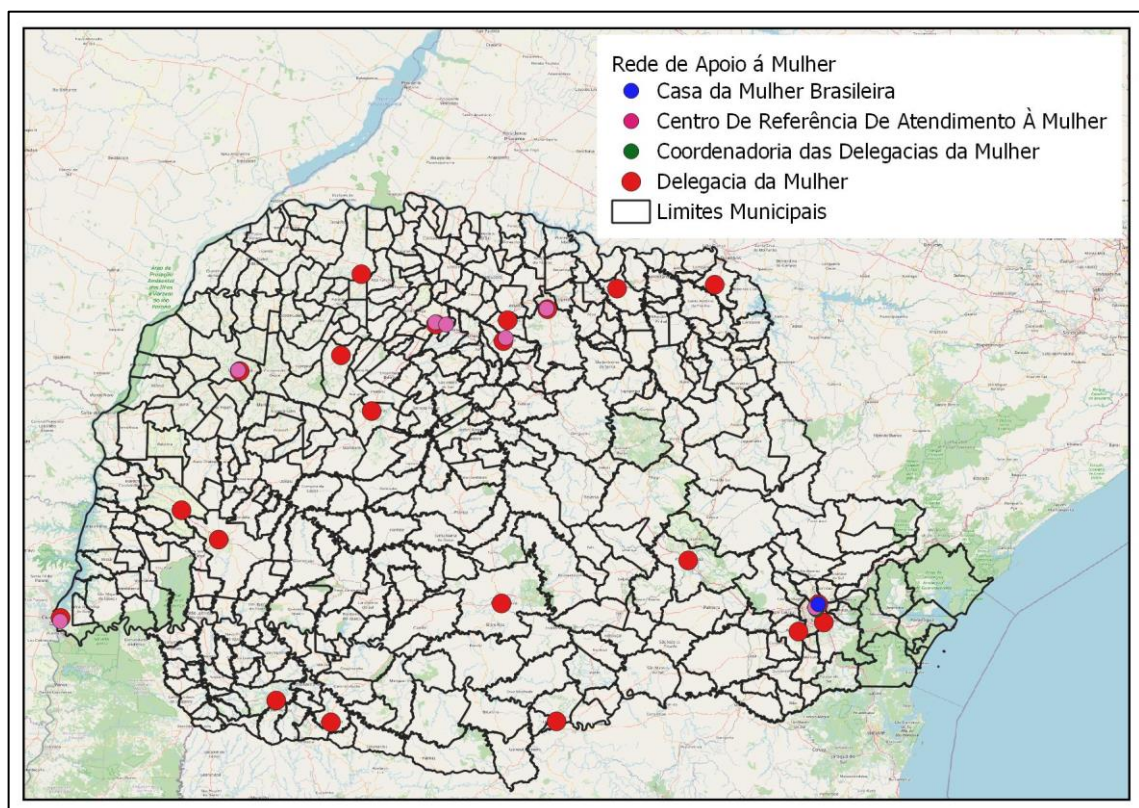
Fonte: A autora (2021)

O mapa mostra as regiões Centro Oriental Paranaense e Região Metropolitana de Curitiba com a maior concentração da proporção de estabelecimentos, enquanto a menor concentração é apresentada para a Região Ocidental Paranaense.

#### 4.7 META 5.C - ADOTAR E FORTALECER POLÍTICAS SÓLIDAS E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO E O EMPODERAMENTO DE TODAS AS MULHERES E MENINAS EM TODOS OS NÍVEIS

A meta 5.c pretende promover a igualdade de gênero por meio do fortalecimento de políticas sólidas, dessa forma seu indicador refere-se a Proporção de países com sistemas para monitorar e fazer alocações públicas para a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres, a nível municipal as locações públicas que podem promover a igualdade de gênero são as delegacias com atendimento especializados e o centro de referências da mulher, assim o mapa produzido para esta meta, foi a rede de apoio á mulher, localizando os atendimento especializados dentro do Estado.

MAPA 19 - REDE DE APOIO Á MULHER



Fonte: A autora (2021)

O mapa indica uma concentração de estabelecimentos na capital Curitiba e que a rede de apoio está presente nas maiores cidades do estado.

#### 4.8 O ATLAS COMO UM TODO

As Metas 5.4 e 5.b não tiveram representação no Atlas pois não foi possível adquirir os dados a níveis municipais, visto que a existência dele é devido a Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílios que apresenta os resultados somente a nível estadual.

A sistematização de indicadores sociais por meio de representações cartográficas serve de subsídios para a formulação de políticas públicas direcionadas aos municípios mais necessitados, visando igualar as condições em todo o estado, dessa forma se existe um pioneirismo nas regiões Norte, Noroeste e Oeste do Estado na eleição de mulheres para cargos políticos, o maior esforço deve ser alocado nas demais regiões, assim como as políticas de conscientização e amparo para casos de AIDS devem ser concentradas em municípios que apresentam os maiores números atualmente e que não houve diminuição em relação ao período anterior, por exemplo.

## 5 CONCLUSÃO

A proposta do trabalho foi criar uma plataforma para visualização de dados espaciais relacionados aos indicadores do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável Cinco da Organização das Nações Unidas, Igualdade de Gênero, para isso levantou-se bibliografia sobre feminismo, os ODS e as políticas públicas brasileiras, além de exemplos que poderiam ser seguidos, tendo assim um contexto das necessidades dos usuários, definido como a sociedade em geral que deseja analisar geograficamente esses indicadores. Dessa forma criou-se um Atlas digital, após a definição da linguagem cartográfica, com mapas de sete das nove metas do objetivo, não sendo possível criar para todas devido à falta de dados a níveis municipais, sendo essa a parte junto com a organização que apresentou maior aplicação de tempo durante o projeto. Alguns dos dados selecionados apresentam déficit na atualização temporal, ficando a maioria dos indicadores sem informação para os anos de 2020 e 2021, porém foi possível analisar se houve alteração nos indicadores após a Agenda 2030 entrar em vigor, assim foi possível analisar quais municípios necessitam de maior atenção para alcançar até 2030 a igualdade de gênero.

Durante o desenvolvimento deste trabalho foi possível identificar que a maior dificuldade para elaboração de ferramentas capazes de auxiliar na tomada de decisões ou de transmissão de informações para sociedade, é a compilação de dados e falta de padronização destes.

Para trabalhos futuros indica-se a tentativa de atualização dos dados utilizados e a aplicação de análises de interseccionalidade, discutidas na seção sobre feminismo, que não foi aplicada nesse trabalho, devido os dados utilizados terem restrição somente ao sexo, desconsiderando classe social ou raça.

A sistematização de indicadores sociais serve de amparo para políticas públicas, quando representados cartograficamente fornece conhecimento a respeito das desigualdades e necessidades dentro do território. A representação em meio digital como o atlas possibilita o acesso de qualquer lugar, dessa forma qualquer pessoa que tenha interesse em entender as condições de igualdade de gênero dentro do estado pode utilizar o atlas como ferramenta.

## REFERÊNCIAS

ABIA. Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS. **Detecção de HIV aumenta mais de 600% entre mulheres idosas no Brasil, afirma Jornal O Globo**. 2019. Disponível em: < <http://abi aids.org.br/deteccao-de-hiv-aumenta-mais-de-600-entre-mulheres-idosas-no-brasil-afirma-o-globo/32493>>. Acesso em: 14 fev. 2021

Agência Câmara de Notícias. **Lei Maria da Penha enfrenta dificuldades para ser cumprida integralmente**. 2013. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/412750-lei-maria-da-penha-enfrenta-dificuldades-para-ser-cumprida-integralmente/>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

Araújo, C. Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero. **Crítica Marxista**. São Paulo, Unicamp, n<sup>a</sup> 11, 2000. Disponível em: <[https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/dossie28Dossie%201.pdf](https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie28Dossie%201.pdf)>. Acesso em: 19 dez. 2020.

BBC NEWS. **ONU cita Lei Maria da Penha como pioneira na defesa da mulher**. 2011. Disponível em: <[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/07/110706\\_onu\\_mulher\\_relatorio\\_rp](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/07/110706_onu_mulher_relatorio_rp)>. Acesso em: 21 mar. 2021.

BEAUVOIR, S. de, 1908-1986. 2.ed. **O segundo sexo** / Simone de Beauvoir; tradução Sérgio Milliet. - 2.ed. - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BOHN, L.; CATELA, E. Y. S. Inserção política das mulheres nos municípios brasileiros: a eficiência da cota de gênero na eleição de 2012. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 44., 2016, Foz do Iguaçu. Anais... Anpec, 2016. Disponível em: <<https://ideas.repec.org/p/anp/en2016/203.html>>. Acesso em: 21 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Políticas Públicas para as Mulheres. 2012. Disponível em: <[https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/sobre/publicacoes/publicacoes/2012/politicas\\_publicas\\_mulheres/vieu](https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/sobre/publicacoes/publicacoes/2012/politicas_publicas_mulheres/vieu)>. Acesso em: 21 mar. 2021.

BRASIL. Decreto nº 7.958, de 13 de março de 2013. Estabelece diretrizes para o atendimento às vítimas de violência sexual pelos profissionais de segurança pública e da rede de atendimento do Sistema Único de Saúde. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2013/decreto/d7958.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/decreto/d7958.htm)>. Acesso em: 19 dez. 2020.

BRASIL. **Consolidação das Leis do Trabalho**. Decreto-Lei nº 5.452, de 01º de maio de 1943. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm)>. Acesso em: 14 fev. 2021.

BRASIL. **[Constituição (1988)]**. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)> Acesso em: 14 fev. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1995**. Proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho, e dá outras providências. Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9029.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9029.htm)>. Acesso em: 14 dez. 2021.

BRASIL. **Lei nº. 9.504, de 30 de setembro de 1997**. Estabelece normas para as eleições. Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9504.htm)>. Acesso em: 14 fev. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.797, de 6 de maio de 1999**. Dispõe sobre a obrigatoriedade da cirurgia plástica reparadora da mama pela rede de unidades integrantes do Sistema Único de Saúde - SUS nos casos de mutilação decorrentes de tratamento de câncer. Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9797.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9797.htm)>. Acesso em: 9 fev. 2021.

BRASIL. **Lei 10.516, de 11 de julho de 2002**. Institui a CARTEIRA NACIONAL DE SAÚDE DA MULHER. Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10516.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10516.htm)>. Acesso em: 1 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.714, de 13 de agosto de 2003**. Autoriza o Poder Executivo a disponibilizar, em âmbito nacional, número telefônico destinado a atender denúncias de violência contra a mulher. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.714.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.714.htm)>. Acesso em: 1 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003**. Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados. Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.778.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.778.htm)> Acesso em: 1 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres [...] altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm)>. Acesso em: 15 fev. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008**. Dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2008/lei/l11664.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11664.htm)>. Acesso em: 10 jan. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015**. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm)>. Acesso em 14 dez. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.239, de 30 de dezembro de 2015**. Dispõe sobre a oferta e a realização, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, de cirurgia plástica reparadora de sequelas de lesões causadas por atos de violência contra a mulher. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/L13239.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/L13239.htm)>. Acesso em: 10 jan. 2021.

CAETANO, I. F. **O FEMINISMO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS TRÊS ONDAS DO MOVIMENTO FEMINISTA E A PERSPECTIVA DA INTERSECCIONALIDADE**. 2017. 24 f. Artigo. Curso de Pós-Graduação Lato Sensu Gênero e Direito, Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <[https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistas/genero\\_e\\_direito/edicoes/1\\_2017/pdf/DeslvoneFerreiraCaetano.pdf](https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistas/genero_e_direito/edicoes/1_2017/pdf/DeslvoneFerreiraCaetano.pdf)>. Acesso em: 01 dez. 2020.

CALDANA, A. et. al **CONTRIBUIÇÃO METODOLÓGICA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO SDG COMPASS**. XXI SEMEAD Anais: Seminários em Administração, , 2018. Disponível em: <[https://login.semead.com.br/21semead/anais/resumo.php?cod\\_trabalho=862](https://login.semead.com.br/21semead/anais/resumo.php?cod_trabalho=862)>. Acesso em: 21 mar. 2021.

CCA. **What is Cartography?**. [s.d.]. Disponível em: <<https://cca-acc.org/resources/what-is-cartography>> Acesso em 15 fev. 2021

DECANINI, M. Cartografia Temática: Métodos de Classificação dos Dados Geográficos Quantitativos. 2003. 12 p. **Notas de Aula**. Disponível em: <<https://livrozilla.com/doc/265696/cartografia-tem%C3%A1tica--m%C3%A9todos-de-classifica%C3%A7%C3%A3o-dos-dados>>. Acesso em: 20 mar. 2021

DELAZARI, L. S. **Modelagem e implementação de um Atlas Eletrônico Interativo utilizando métodos de visualização cartográfica**. Tese (Doutorado). Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004

DELAZARI, L. S. Cartografia Temática: Comunicação Cartográfica. 2018. 79 p. **Notas de Aula**. Disponível em: < [https://docs.ufpr.br/~luciene/files/GA126\\_aula2.pdf](https://docs.ufpr.br/~luciene/files/GA126_aula2.pdf)>. Acesso em: 14 mar. 2021.

FÉLIX, M. **Feminismo: permanências e diferenças de apropriações no Brasil na primeira e segunda onda**. Joana Maria Pedro. 2016. 59 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Departamento de História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2016. Disponível em:

<[https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/179549/TCC\\_Final\\_Marilene\\_Felix.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/179549/TCC_Final_Marilene_Felix.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em: 9 fev. 2021.

FISKE, E. B. **World atlas of gender equality in education**. Unesco, 2012.

GARCIA, C.C. **Breve história do feminismo**. São Paulo: Claridade, 2011.

GEOCHICAS. ¿Quiénes somos?. 2021. Disponível em:<<https://geochicas.org/index.php/quienes-somos/>>. Acesso em: 10 jan. 2021.

GEOCHICASOSM. **Las Calles de Las Mujeres**. 2021. Disponível em:<<https://geochicasosm.github.io/lascallesdelasmujeres/>>. Acesso em: 10 jan. 2021.

GUARNIERI, T. “Os direitos das mulheres no contexto internacional da criação da ONU (1945) à Conferencia de Beijing (1995)”. **Revista Eletrônica da Faculdade Metodista Granbery**, n. 8, 2010. Disponível em: <<http://re.granbery.edu.br/artigos/MzUx.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2014.

IBGE EDUCA. **Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil**. 2021. Disponível em:<<https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/materias-especiais/20453-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html#subtitulo-3>> Acesso em: 9 fev. 2021.

ICA. **The World of Maps**. 2015 - 2016. Disponível em: <<https://mapyear.icaci.org/the-world-of-maps-book/index.html>>. Acesso em: 9 fev. 2021

ICA. **Atlas Definitions**. [s.d.]. Disponível em: <<https://atlas.icaci.org/atlas-world/atlas-definition/>>. Acesso em: 10 fev. 2021.

IPEA. Atlas da Violência 2020. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

IPEA. Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça. 2021. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores.html>>. Acesso em: 01 nov. 2020.

LIMA, P. V. P. S. et al. Distribuição espacial da desigualdade de gênero no Brasil. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 292-320, jan-jun, 2015. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/26669>>. Acesso em: 10 jan. 2021.

LISBOA, T. K.; MANFRINI, D. B. Cidadania e equidade de gênero: políticas públicas para mulheres excluídas dos direitos mínimos. **Katálysis**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 67–77, jan. 2005. Disponível em:

<<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2925806>> Acesso em: 15 jan. 2021.

MATOS, M. “Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul global?” **Revista de Sociologia e Política**, vol. 18, nº 36, junho de 2010, p. 67–92. DOI.org (Crossref), doi:10.1590/S0104-44782010000200006.

MENEGUETTE, A. A. C. Cartografia no Século 21: Revisitando Conceitos e Definições. **Revista Geografia e Pesquisa**, São Paulo, v. 6, n.1, p.6-36, jan./jun.2012.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICOS. **MJSP e outros dez órgãos assinam Pacto para implementar políticas públicas para prevenção e combate à violência contra a mulher**, 2019. Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/news/collective-nitf-content-1565190599.85>> Acesso em 21 mar. 2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Casos de Aids diminuem no Brasil: Boletim Epidemiológico sobre a doença aponta queda na taxa de detecção de Aids no país desde 2012**. 2021. Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/pt-br/noticias/casos-de-aids-diminuem-no-brasil#:~:text=A%20maior%20concentra%C3%A7%C3%A3o%20de%20casos,do%20total%20de%20casos%20registrados.>>. Acesso em 14 de fev. 2021.

NATINGUE, G; DELAZARI, L.; SLUTER, C. Proposição de Simbologia para Cartas Derivadas para o Mapeamento Topográfico do Município de Campo Largo – PR. **Revista Brasileira de Cartografia**, [S.L.], v. 70, n. 2, p. 508-526, 30 jun. 2018. EDUFU - Editora da Universidade Federal de Uberlândia. <http://dx.doi.org/10.14393/rbcv70n2-45380>.

ODS BRASIL. **Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. 2021. Disponível em: < <https://odsbrasil.gov.br/>>. Aceso em 15 dez. 2020.

OLIVEIRA, C. Nas “Ondas” Do Feminismo: Movimentos Em Avanço. In: **CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES – CONINTER**, IV, 2015, Foz do Iguaçu. Anais. ANINTER, 2015. p.45-49

ONU. **AGENDA 2030. Acompanhando o desenvolvimento sustentável até 2030**. 2015. Disponível em: < [http://www.itamaraty.gov.br/images/ed\\_desenvsust/Agenda2030-completo-site.pdf](http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_desenvsust/Agenda2030-completo-site.pdf) > Acesso em: 01 mar. 2021

PEREZ, O ; RICOLDI, A. A Quarta Onda Feminista: interseccional, digital e coletiva. In: **Anais do X Congresso Latino-americano de Ciência Política (ALACIP)**, Monterrey, 2019. Disponível em: <<https://alacip.org/cong19/25-perez-19.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2021

PGIODS. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Indicadores**. 2021. Disponível em: < <https://pgiods.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 1 nov. 2020.

QGIS PYTHON PLUGINS REPOSITORY. **qgis2web**. 2021. Disponível em: < <https://plugins.qgis.org/plugins/qgis2web/>>. Acesso em 21 mar. 2021.

SILVA, E. R. FEMINISMO RADICAL – PENSAMENTO E MOVIMENTO. **Revista Textura**. Cruz das Almas-BA, FAMAM, v. 3, nº 1, Jan./Jul., 2008.

SILVA, J. M. **Feminismo na Atualidade: a formação da quarta onda**. Recife: Publicação Independente, 2019.

SENADO FEDERAL. **Bertha Lutz**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/bertha-lutz>. Acesso em: 9 fev. 2021

SLUTER C. R., Uma Abordagem Sistêmica para o Desenvolvimento de Projeto Cartográfico como parte do Processo de Comunicação Cartográfica. **Portal da cartografia**, Londrina, 01 (2008) 1-20. Disponível em < <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/portalcartografia/article/view/1365> Acesso em 12 fev. 2021.

UN WOMEN, organizador. **Turning promises into action: gender equality in the 2030 Agenda for Sustainable Development**. UN Women, 2018. Disponível em: < <https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2018/02/SDG-report-Gender-equality-in-the-2030-Agenda-for-Sustainable-Development-2018-en.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2021.

UNITED NATIONS (Estados Unidos da América). **History of the United Nations**. Disponível em: <https://www.un.org/en/about-us/history-of-the-un>. Acesso em: 10 out. 2020.

VILELA, P.R. Denúncias de violência contra a mulher somam 105,6 mil em 2020. **Agência Brasil**. Brasília, 7 de mar. 2021. Disponível em: < <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2021-03/governo-registra-105-mil-denuncias-de-violencia-contramulher#>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

WORLD BANK. **Atlas of Sustainable Development Goals 2017: From World Development Indicators**. Washington, DC: World Bank, 2017. DOI.org (Crossref), doi:10.1596/978-1-4648-1080-0.

WORLD BANK. **GENDER EQUALITY: Legal progress towards gender equality**. Datatopics, Washington, 2020. Disponível em: < <https://datatopics.worldbank.org/sdgate/goal-5-gender-equality/>>. Acesso em: 21 mar. 2021.

YOUTHMAPPERS. **Everywhere She Maps**. 2016-2021. Disponível em: <<https://www.youthmappers.org/everwhereshemaps>>. Acesso em 21 mar. 2021.